



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MANOEL CHAKER EBRAIM NETO

**CAUSAS E EFEITOS DOS CICLOS ECONÔMICOS BRASILEIROS: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA**

**SANTARÉM – PARÁ
2020**

MANOEL CHAKER EBRAIM NETO

**CAUSAS E EFEITOS DOS CICLOS ECONÔMICOS BRASILEIROS: UMA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade.

Orientadora: Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos

**SANTARÉM – PARÁ
2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

- E16c Ebraim Neto, Manoel Chaker
Causas e efeitos dos ciclos econômicos Brasileiros: uma revisão bibliográfica . /
Manoel Chaker Ebraim Neto – Santarém, 2020.
67 p. : il.
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do
Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Curso de Ciências Econômicas.
1. Ciclos econômicos. 2. História econômica. 3. Brasil. I. Santos, Zilda Joaquina Co- hen
Gama dos, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 330.901981



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

No décimo sétimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte, às quinze horas, na Sala Virtual/Link: meet.google.com/qzt-mojc-uei, realizou-se a Defesa Pública da Monografia do acadêmico **MANOEL CHAKER EBRAIM NETO** (matrícula: 201100869), intitulada: "Causas e Efeitos dos Ciclos Econômicos Brasileiros: uma revisão bibliográfica", sob orientação da Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos que compôs a banca examinadora com o Prof. Dr. Abner Vilhena de Carvalho e o Prof. Dr. Sandro Augusto Viégas Leão. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, em seguida as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para o discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota 9 (nove). Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pelo discente.

Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos – Orientadora

Dr. Abner Vilhena de Carvalho – Membro da banca

Dr. Sandro Augusto Viégas Leão – Membro da banca

Manoel Chaker Ebraim Neto – Discente

Aos meus familiares, pela compreensão,
carinho e incentivo.

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos os meus professores do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, que nos passaram conhecimento, não só de conhecimento científico, mas também de vida.

[...] A evolução de um povo se torna explicável. Os pormenores e acidentes mais ou menos complexos que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublar o que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para o segundo plano: é só então ela é dada alcançar o sentido daquela evolução, compreendê-la, explicá-la. É isto que precisamos começar por fazer com relação ao Brasil. (PRADO, 1961, p. 14)

RESUMO

O objetivo principal desta monografia consiste em avaliar as constantes mudanças no rumo da economia brasileira, desde o seu descobrimento até 1960. Tentar entender porque diante de tantas riquezas produzidas e dos recursos naturais encontrados em nossas terras e na vastidão do nosso território, com grandes áreas de terras propícias à agricultura, o Brasil não acompanhou o ritmo de crescimento de outras nações, e não conseguiu torna-se um país desenvolvido. Para alcançar os nossos objetivos propostos neste trabalho utilizamos o método de pesquisa de natureza descritiva explicativa, sendo que o procedimento adotado foi de pesquisa bibliográfica entre vários autores que se identificaram com o tema. Para entendermos melhor a nossa economia, dividimos os nossos estudos em ciclos econômicos ancorados em produtos que alavancavam a economia em determinado período da nossa história política e econômica, que vai do período colônia (1518) até 1960, no governo JK, que implantou o programa 50 anos em 5 anos, por meio do plano de metas. O crescimento da industrialização brasileira, foi alavancada pela entrada maciça da indústria multinacional e investimentos governamentais no setor produtivo, energético e transporte. Durante este passeio pela história econômica e política brasileira e baseando-se na teoria de choques adversos, percebe-se que a economia do país sempre cresce quando há estagnação na economia internacional, pois, durante estes períodos a nossa economia nacional voltou-se para dentro, estimulou-se dentro dela mesma com expansão da capacidade produtiva, criando empregos, aumento de consumo, aumento na arrecadação do Estado, ou seja, passamos a produzir para o mercado interno como também fabricar boa parte dos equipamentos e peças necessários para a manutenção dos equipamentos industriais, fomentando o desenvolvimento econômico durante estes períodos.

Palavras-Chave: Ciclos econômicos. História Econômica. Brasil

ABSTRACT

The main objective of this monograph is to evaluate the constant changes in the direction of the Brazilian economy, from its discovery until 1960. Trying to understand why in the face of so many wealth so much and the natural resources found in our lands and in the vastness of our territory, with large areas of land conducive to agriculture, Brazil has not kept pace with the growth rate of other nations, and has failed to become a developed country. To achieve our objectives proposed in this work, we used the descriptive explanatory research method, and the procedure adopted was bibliographic research among several authors who identified themselves with the theme. To better understand our economy, we divided our studies into economic cycles anchored in products that leveraged the economy at a certain period in our political and economic history, which runs from the colony period (1518) to 1960, under JK, which implemented the program 50 years in 5 years, through the goal plan. The growth of Brazilian industrialization was leveraged by the massive entry of the multinational industry and government investments in the productive, energy and transportation sectors. During this tour of Brazilian economic and political history and based on the theory of adverse shocks, it is perceived that the country's economy always grows when there is stagnation in the international economy, because during these periods our national economy turned inward, stimulated itself with expansion of productive capacity, creating jobs, increased consumption, increase in state revenue, i.e. , we started to produce for the domestic market as well as manufacture much of the equipment and parts necessary for the maintenance of industrial equipment, promoting economic development during these periods.

Keywords: Economic. Economic History. Brazil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução das exportações e setor interno.....	22
Tabela 2 - Pauta de exportação período colonial principais produtos.....	22
Tabela 3- Indicadores monetários período imperial.....	27
Tabela 4- Balança de pagamento período imperial.....	28
Tabela 5 - Exportações brasileira período imperial.....	29
Tabela 6 - Destino da exportação brasileira período imperial.....	30
Tabela 7- Principais países Exportadores para o Brasil período imperial.....	31
Tabela 8- Café volume exportado, receitas e sua participação nas exportações.....	35
Tabela 9 - Industrias instaladas no Brasil durante o Império.....	38
Tabela 10- Investimento estrangeiro no Brasil Império.....	39
Tabela 11 - Plano de metas: resultados.....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 BRASIL COLÔNIA.....	14
2.1 Mão de obra escrava.....	14
2.2 Chegada da família real para o Brasil.....	16
2.3 Os Ciclos econômicos do período colonial (1500 a 1822)	16
2.3.1 Ciclo da cana de açúcar	17
2.3.2 Sub ciclo do gado	18
2.3.3 Ciclos do ouro	20
2.3.4 Brasil Colonial - entraves para seu desenvolvimento	21
2.3.5 Renascimentos agrícola – Fim da monocultura	23
3 BRASIL IMPÉRIO	25
3.1 Governos	25
3.1.1 Primeiro Reinado – Dom Pedro I	25
3.1.2 Segundo Reinado – Dom Pedro II	26
3.2 Finanças Públicas	27
3.3 Comércio Externo no período imperial	29
3.4 Ciclo do café	31
3.4.1 O começo	31
3.4.2 Dilemas da mão de obra	34
3.4.3 Comercializações do café	35
3.5 Início do processo da industrialização	36
3.6 Subciclo da borracha	39
4 REPÚBLICA	42
4.1 Ciclos da Era Republicana	42
4.1.1 Subciclos da borracha: apogeu e declínio	44
4.1.2 Ciclo do Café	46
4.1.3 Ciclo industrial brasileiro	49
5 GOVERNO VARGAS	52
5.1 Políticas desenvolvimentistas	52
5.2 A economia mundial no período de 1944-1960	54
6 GOVERNO JUSCELINO KUBISTCHEK	56
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62

1 INTRODUÇÃO

O termo ciclos econômicos é bastante utilizado por autores da História Econômica Brasileira para designar “movimentos de crescimento e declínio das atividades extrativista, da produção agrícola e mineradora [...]” (REGO; MARQUES, 2010, p. 39). Essa utilização diverge um pouco da adotada pela teoria econômica segundo a qual ciclos econômicos são flutuações nas atividades da era industrial, ou seja, ocorrem em intervalos periódicos relativamente constante. Seguindo essa definição para ciclos econômicos fornecida pelos historiadores brasileiros, o Brasil, desde o descobrimento¹, passou por vários ciclos econômicos tais como: exploração do pau brasil, cana-de-açúcar, mineração, café, algodão, borracha, industrialização, e atualmente um misto de industrialização, agronegócio e mineração (estes últimos voltados para a exportação de *commodities*).

O ciclo do café por exemplo, teve bastante destaque proporcionando riqueza, pois parte da renda gerada pela exportação foi canalizada para o início da industrialização brasileira, marcado pela implantação de indústrias principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Foram fábricas de tecidos, calçados e outros produtos de fabricação mais simples. A mão-de-obra usada nestas fábricas, era na maioria formada por imigrantes italianos.

Somente após a primeira guerra mundial a economia brasileira começou a se diversificar, deixando de ser uma economia somente produtora de produtos primários, dando início à produção de produtos manufaturados com maior valor agregado. O ciclo industrial propriamente dito começou no primeiro Governo de Vargas, que priorizou e protegeu a indústria nacional, para evitar que o Brasil caísse na dependência externa. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) houve uma grande mudança na estratégia de desenvolvimento brasileiro, onde o governo optou por abrir a economia brasileira para o capital industrial internacional, com a instalação no território brasileiro de montadoras de veículos internacionais como Ford, General Motos, Willys e Wolkwagem. (REGO; MARQUES, 2010).

Neste período, entre 1956 e 1960, houve um crescimento, porém, alavancado por empréstimos no exterior e uma grande expansão do meio circulante através da emissão de moeda corrente sem lastro (causador da inflação), para dar suporte aos gastos do governo.

¹ Alguns autores preferem utilizar o termo “chegada dos portugueses” para designar o momento de chegada das primeiras caravelas ao território americano que forma o atual país Brasil

De acordo com Schumpeter em Teoria da análise da econômica (1954, *apud* BUESCU, 2011) para entendermos o complexo da economia em determinado período devemos relaciona-lo aos acontecimentos históricos do momento, ou seja, a análise econômica de determinada época sem fazer correlação aos fatos históricos será uma análise deficiente. Assim, esse trabalho se propõe a compreender a complexidade histórica da economia brasileira por meio da análise dos seus ciclos econômicos e entender porque sendo um país rico em recursos não conseguiu desenvolver-se de maneira mais acentuada.

A metodologia aplicada para a concepção deste trabalho foi de natureza descritiva explicativa, sendo que o procedimento adotado foi de pesquisa bibliográfica de vários autores que trabalham com o tema e que nos identificamos a partir do estudo e aprofundamento do tema. O trabalho está dividido em cinco capítulos além desta introdução e das considerações finais, sendo eles: Capítulo 2, descrição do Brasil Colônia, período compreendido do seu descobrimento em 1500 até 1822, sendo que durante este período as formas de governo adotadas foram de capitânicas hereditárias, governador geral e vice reino. A economia baseava-se na exportação de bens primários de origem vegetal e mineral.

No capítulo 3, trata-se do Brasil Império, período compreendido de sua independência política de Portugal em 7 de setembro de 1822 a 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República. A forma de governo adotado foi a monarquia, sendo que neste período tivemos dois imperadores Dom Pedro I e seu filho Dom Pedro II. A economia começou a se diversificar, a indústria começou a dar os seus primeiros passos.

O capítulo 4 apresenta o Brasil República, conhecida como República Velha, período compreendido entre 15 novembro de 1889 até novembro de 1930 quando ocorreu revolução que colocou no poder Getúlio Vargas. A economia teve um crescimento substancial, passando a produzir produtos manufaturados que antes eram importados. No capítulo 5 destaca-se a Era Vargas, o Estado Novo, período de governo ditatorial que se iniciou em novembro de 1930 prolongando-se até 1945. Momento de grande expansão da nossa economia, proporcionada pelas políticas econômicas adotadas pelo governo, como investimento direto na industrialização do País. Neste período houveram ganhos financeiros e sociais para o trabalhador. Por fim, o capítulo 6 descreve o Programa 50 anos em cinco, implantado pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que priorizou a industrialização fomentada por indústrias internacionais que

tiveram subsídios do governo para se instalarem no país, mudando completamente a direção da industrialização brasileira.

2 BRASIL COLÔNIA

Conforme Buescu (2011), o período colonial brasileiro cuja economia girava em torno de um mercantilismo baseado em uma agricultura de monocultura, com propósitos de exportação, tornou a economia da colônia vulnerável à oscilação da demanda do produto foco da exportação. Nesse período, os tributos oriundos da comercialização destinavam-se a metrópole e havia proibições de implantação de qualquer indústria manufatureira, o monopólio do transporte e comercialização e até mesmo a proibição de criação de entidades que formassem pessoas com profissões especializadas, levou a um baixo desenvolvimento tecnológico, tornando a produção arcaica e de baixa produtividade com auto custo de produção.

Gremaud, Saes, e Toneto Junior (1997) enfatizam os motivos porque não foi possível implantar um parque industrial manufatureiro no Brasil, para esses autores a colonização implantada era formada por uma economia escravista pura, onde só existem senhores, escravos e uma população livre que vivia de subsistência. A renda monetária proveniente da produção ficava com os senhores donos das terras e como não existia mercado interno e toda produção se destinava a exportação, a renda interna gerada só poderia se igualar ao valor alcançado nas exportações, sendo que a maior parte desta receita era desviada para compra de produtos manufaturados importados, não havendo qualquer tipo de divisão de renda e poupança interna, inibindo o efeito multiplicador. Para compreender esse período da história econômica brasileira esse capítulo abordará nas próximas seções a questão da mão-de-obra escrava, a chegada da família real ao Brasil e os ciclos econômicos desse período.

2.1 A mão-de-obra escrava

O Brasil como nova colônia agrícola precisava de mão de obra barata para expandir a capacidade produtiva e sem a qual não teria sucesso. Trazer da Europa seria inviável economicamente e mesmo porque não havia mão de obra ociosa em Portugal ou na Europa suficiente que pudesse ser barganhado o valor dos salários. Além disso, as condições naturais aqui encontradas eram diferentes das condições naturais da Europa. (REGO; MARQUES, 2010).

A alternativa encontrada foi trazer mão de obra escrava do continente africano para o Brasil, visto que os portugueses já eram conhecedores deste mercado onde

negociavam esta exploração humana por meio de escambo. A mão de obra escrava tinha um custo fixo elevado devido a vários fatores como: reposição constante causado pela elevada morbidez precoce dos escravos, o alto grau de escravos mutilados ou mortos devido aos castigos, e as fugas que eram constantes. (REGO; MARQUES, 2010).

Buescu (2011), mostra que estas inversões de mão de obra aumentavam o patrimônio ativo do empresário, mas não criavam um fluxo de renda, sua manutenção diária acarretava custos. A população escrava que em 1823 era de 1,5 milhões em menos de meio século, ou seja em 1850 alcançou o contingente de 2,5 milhões de escravos, o que representava 35 % da população local. Com a entrada do imigrante europeu e com mão de obra assalariada e de maior produtividade, o contingente de escravos regrediu, até chegar em torno de 700.000, ou seja 5,4% da população quando da abolição da escravatura no Brasil em 1888. A facilidade de adquirir mão de obra escrava, ao longo do tempo trouxe sérias consequências econômicas e sociais para a economia, visto que após a lei Áurea, o escravo liberto, associava o trabalho laboral a continuidade da escravidão, devido aos baixos salários pagos e em muitas ocasiões não dando nem para custear a sua subsistência.

A lei Aurea, aprovada no senado e assinada pela Princesa Isabel, que libertou os escravos, tinha como intuito, torna-los livres para buscarem uma vida melhor. Porém, esta nova situação trouxe desafios imensuráveis aos libertos devido a vários fatores, como falta de medidas públicas que pudesse inserir economicamente esta mão de obra na economia, existência de preconceitos, falta de conhecimento técnico, a concorrência da mão obra de imigrantes europeus e baixos salários, fez com que boa parte desta mão de obra ficasse ociosa e marginalizada. Uma grande parte dos libertos mudaram de endereço, ou seja, saíram das fazendas onde foram escravizados, sendo a maioria composta por homens jovens que foram em busca de melhores condições de vida procurar familiares, outros mudaram para as cidades. Neste contexto, muitos foram abandonados à própria sorte, principalmente idosos inválidos e crianças, deixando-os na penúria e marginalizados, o que repercutiu nas gerações futuras dos libertos. (BUESCU, 2011).

2.2 Chegada da família Real Portuguesa ao Brasil

Devido as conquistas de Napoleão pela Europa e temendo a repreensão, em 1808, a família real portuguesa se transferiu para o Brasil. Com a chegada da Corte

Portuguesa, o Brasil se tornou vice reino, tendo como base a capital da colônia o Rio de Janeiro, o que foi de suma importância para a economia brasileira, iniciando um período de transição, que durou aproximadamente até 1850. As dificuldades aqui encontradas com suprimentos de produtos para a corte fizeram com que o Príncipe Regente D. João assinasse dois atos, os quais foram fundamentais para a economia brasileira da época: abertura dos portos aos outros países amigos e a Carta Régia em 1808, que revogava o Alvará de 1785, o qual proibia a produção de manufaturados na colônia. (REGO; MARQUES, 2010).

Com estes dois atos o Brasil se beneficiou, podendo comercializar seus produtos diretamente com os comerciantes que aqui aportavam, não tendo mais intermediário que ficasse com a maior parte do lucro na revenda além de que passou a produzir produtos manufaturados fomentando a economia autônoma da colônia. (REGO; MARQUES, 2010).

2.3 Os ciclos econômicos do período colonial

Os primeiros ciclos econômicos brasileiros foram pautados na exploração das terras, ou seja, uma colônia de exploração com mão de obra escrava. O primeiro ciclo econômico ocorreu juntamente com o descobrimento do Brasil pelos portugueses em 1500. O ciclo foi baseado na exploração do Pau-brasil e extrativismo de especiarias aqui existente com aproveitamento da mão de obra indígena. (REGO; MARQUES, 2010).

As proibições econômicas ligadas à aplicação do pacto colonial (em produção, transportes, profissões) impediram a diversificação e o aumento da produção, bem como a criação de tradições profissionais. A mais grave foi a proibição, por motivos políticos, de um sistema educacional, resultando em baixa propensão para trabalho técnico, tecnologia e poupança, baixo horizonte de consumo e reduzida motivação desenvolvimentista, com feito desastroso para o futuro econômico do país. (BUESCU, 2011).

2.3.1 Ciclo da cana de açúcar

O ciclo do açúcar teve início a partir de 1530, tendo seu ápice de 1646 a 1654, sendo superado somente no século XIX pelo café. Uma das causas que levou o declínio do ciclo açucareiro foi a saturação do mercado, provocada por excesso de oferta com a

entrada dos holandeses na produção do açúcar em suas colônias nas Antilhas visto que já detinham o conhecimento da produção desta monocultura, e controlavam o refino e a distribuição deste produto. Além disso, a produção do açúcar na Europa a partir da beterraba fez com que o preço do açúcar despencasse, quebrando a hegemonia da produção brasileira, levando ao fim ciclo econômico do açúcar no Brasil. (REGO; MARQUES, 2010).

O rápido desenvolvimento da indústria açucareira favoreceu a necessidade da coroa portuguesa em povoar as suas novas terras, acabando com as dificuldades impostas pelo meio físico e pela hostilidade dos silvícolas, e os custos de transporte. As dificuldades com a mão de obra foram solucionadas com o tráfico de escravos oriundo das colônias português na África, que geravam lucros exorbitantes aos comerciantes portugueses de escravos. (FURTADO, 2005).

Embora se acredite que em toda terra que se produzisse cana de açúcar os seus proprietários tivessem instalado em seus domínios equipamentos para produzir o açúcar, na realidade nem todos proprietários de terras tinham capacidade financeira para montar um engenho. Existia em toda a colônia aproximadamente 210 engenhos de produção de açúcar com um custo médio de instalações de 15 mil libras esterlinas, com equipamentos necessários para a produção de açúcar como: caldeira, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; casa de purgar, onde se completa a purificação e transforma o caldo em açúcar. Produtores que não tinham equipamentos de produção produziam seu açúcar em fazendas que possuíam engenho, pagando pelo uso dos equipamentos e mão de obra ocupada. (BUESCU 2011).

Os esforços produtivos se canalizavam para produção de açúcar devido os preços vantajosos, concentrando grande parte da mão de obra disponível nessa atividade, e portanto, inibindo a produção de alimentos em grande escala que pudesse atender a demanda dos centros urbanos, de modo que os moradores destes centros tinham dificuldades para conseguir gêneros alimentícios. Os proprietários dos engenhos se negavam a produzir alimentos em excedente. A saída foi fomentar lavouras direcionadas a produção de gêneros alimentícios, por meio de incentivo de doação de terras a colonos que quisessem produzir lavouras direcionadas à produção de gêneros alimentícios. Estes pequenos produtores rurais autônomos (camponeses), geralmente ajudados pelo núcleo familiar e raramente por pequena quantidade de escravos, passaram a produzir os alimentos necessários para suprir a demanda dos centros urbanos. (PRADO JUNIOR, 1970).

Conforme Furtado (2005), a riqueza gerada pela economia açucareira não era utilizada para fomentar a economia interna e sim para compra de novos escravos e o consumo dos senhores produtores do açúcar, por meio da importação de bens manufaturados e objetos de luxo e vinhos.

Tendo como exemplo os dados do governo holandês, durante sua ocupação do território Pernambucano, que indicam que em 1639, o embarque de açúcar para exportação apenas pelos portos dentro de seus domínios, teria sido de £ 1,200 milhões de libras esterlinas em valores da época e que os impostos de importação de 20% alcançaram a cifra £160 mil libras esterlinas, chega-se a um montante de importação de £ 800 mil libras esterlina, fica disponível somente £ 400 mil libras esterlina que poderiam ser usadas para auto financiar e expandir a economia local, mas este capital não era utilizado para estes fins. Os senhores produtores não investiam este capital em outras regiões do país, ou mesmo faziam uma poupança, ou seja, boa parte deste dinheiro ficava com os comerciantes geralmente não residentes e era enviado para a Europa. (FURTADO, 2005).

2.3.2 Subciclo do gado

Como o sistema econômico da produção de açúcar era de alta rentabilidade, não havia espaço para outras culturas ou outras atividades correlatas que viessem a competir em termos de utilização da mão de obra e utilização das terras próximas do litoral nordestino. Assim, a proibição de criação de gado na zona dos canaviais levou a expansão e ocupação das terras em direção ao sertão para outros fins, como a agropecuária que não necessitava de um grande contingente de mão de obra e de terras férteis, mas sim a utilização das terras de modo extensivo. (REGO; MARQUES, 2010).

Conforme Furtado (2005), esta atividade era importante para aqueles colonos descapitalizados, que ao trabalharem para um grande pecuarista, durante um certo número de anos (quatro ou cinco), tinham direito a uma participação de uma cria em quatro do rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria. Como haviam terras devolutas em abundância, muitos trabalhadores que já tinham seu próprio rebanho procuravam terras livres para se instalar com a sua produção. A fácil mobilidade dos rebanhos, o solo das áreas ocupadas ter baixa carga de fertilidade, levava à procura de novas terras para o pastoreio, tornando praticamente nômade esta atividade,

expandindo-se além do rio São Francisco, chegando ao Maranhão ramificando-se para o centro oeste (atual estado do Tocantins).

Embora a atividade pecuária fosse de pouca relevância pra o mercado exportador, ela foi de suma importância para o povoamento da região nordestina, muito ao contrário do que ocorria com a açucareira. A economia criatória não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva, uma vez que haviam terras produtivas em abundância e a capacidade reprodutiva do rebanho crescia de forma exponencial, e as novas condições familiares que proporcionavam mais conforto e segurança alimentar, fizeram com que aumentassem os membros das famílias proporcionando mão de obra disponível para esta atividade. (FURTADO, 2005.)

Esta atividade de subsistência se fortaleceu devido ao declínio da exportação de açúcar, que conseqüentemente empobreceu a economia nordestina. Segundo Furtado (2005), estas são as raízes dos problemas econômicos e sociais enfrentados ainda hoje pela população nordestina.

Atualmente no nordeste ainda predomina a criação de gado como maior fonte de proteína animal, mas ao longo do tempo devido à escassez de água e alimento, provocada por longos períodos de secas que dizimou muitos rebanhos bovinos, optou-se pela criação de caprinos, animais de pequeno porte, adaptados ao clima, vegetação e a pouca água existente na região. Este contexto de criação de caprinos foi mais atrativo para o pequeno sítio devido o aproveitamento da carne, do couro, como também do leite de ótima qualidade. (FREITAS, [201?])

Diferente do nordeste na região sul da colônia, a agropecuária influenciada pelo ciclo do ouro, teve forte impacto econômico no desenvolvimento da região que tinha sua produção diversificada com criação de muares para transporte e gado de corte, cuja produção de carne transformada em charque era de boa aceitação pelo mercado consumidor nas regiões auríferas, sendo o comércio facilitado pela abundância dos meios de transporte de carga ambulantes (muares). Diante deste panorama foi criado um comércio de grande expressividade de gêneros alimentícios e outros produtos proveniente do couro que fortaleceu a economia sulista, trazendo desenvolvimento econômico para a região e melhoria na qualidade e produtividade da agropecuária com a diversificação da produção, que paulatinamente e com maior ênfase, voltou-se para a produção de leite e seus derivados. (REGO; MARQUES, 2010).

2.3.3 Ciclo do ouro

O ciclo do ouro no Brasil começou com a descoberta de ouro e pedras preciosas pelos bandeirantes, que adentravam o sertão brasileiro à procura de especiarias e índios para escravizar e levá-los para as lavouras. O ouro foi encontrado primeiramente onde hoje se situa as cidades históricas mineiras, de onde então começou uma corrida desenfreada a procura do ouro brasileiro, provocando um movimento migratório de forma inusitada que modificou o perfil populacional pelo surgimento de uma nova camada média na escala social formada por pequenos colonos atraídos pela mineração e de aventureiros europeus e das ilhas no Atlântico em direção ao Brasil a procura de riquezas, no decorrer do século XVIII. (REGO; MARQUES, 2010).

Conforme Furtado (2005), o ciclo do ouro fomentou uma grande expansão demográfica e econômica no território brasileiro, este desenvolvimento demográfico chegou ao patamar tão elevado que os escravos que antes eram a maioria na constituição da população brasileira passaram a constituir minoria e a população de origem europeia passou a ser a maioria da população.

Embora Portugal fosse proprietário da colônia o ouro não ficava com ele, pois esta riqueza não foi canalizada para o setor produtivo de Portugal, o qual tornou-se um simples entreposto da riqueza gerada pelo ouro pelo fato de acordos políticos e econômicos firmados entre Portugal e Inglaterra que inibiam a implantação de qualquer indústria que concorresse com as indústrias inglesas, e não havia interesse da classe dominante portuguesa, produtores de vinho e azeite, em mudar este paradigma, que os beneficiava, preferindo usar esta riqueza para comprar produtos ingleses, gerando riquezas na Inglaterra, preterindo a indústria nacional. Um dos resultados disso foi o fortalecimento do sistema bancário inglês pela entrada destas divisas, tornando-o mais proeminente sistema financeiro do mundo, podendo articular acordos de empréstimos vantajosos não só para o setor bancário como também para o setor industrial inglês. (REGO; MARQUES, 2010).

Apesar do ciclo da mineração tenha sido curto, trouxe muitos benefícios para a colônia, fomentou o comércio local, promoveu a ocupação do centro oeste, mudança do eixo econômico antes concentrado na região açucareira, desenvolvimento da agricultura e da pecuária, transferência da capital em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. (REGO; MARQUES, 2011).

2.3.4 Brasil Colonial - entraves para seu desenvolvimento e consolidação do capitalismo.

Mello (1991), nos fornece os motivos que levaram a economia brasileira na fase colonial a não progredir mesmo produzindo riquezas capazes de alavancar o desenvolvimento do Brasil colônia. O autor afirma que a economia colonial teve caráter exploratório e altamente especializado voltado para as necessidades da metrópole, sendo que esta complementação se traduziu nas exportações, sobretudo de matéria prima e importação de produtos manufaturados com maior valor agregado e de mão de obra escravo. Este comércio tinha um monopólio da coroa Portuguesa e da burguesia comercial lusitana, ou seja, a maior parte do lucro ficava com os comerciantes e boa parte do que restava para o produtor servia para pagar empréstimos contraídos com os financistas da época (holandeses), para compra de equipamentos dos engenhos e compra de escravos e o que sobrava para o produtor era tão pouco que não dava para investir em outra atividade.

Conforme Furtado (2005), a economia Luso-brasileira estava engessada pela economia inglesa, que se encontrava em grande expansão industrial e necessitava de um mercado consumidor para os seus produtos, que foi facilitado através dos acordos comerciais entre Portugal e Inglaterra que concediam privilégios aos comerciantes ingleses em todo território do combalido império português e impedia a produção de produtos manufaturados na colônia, anulando o que poderia proporcionar um acúmulo de capital financeiro. Esta dependência levou a desarticulação das empresas manufatureiras portuguesas já instaladas. Mesmo com todos estes entraves o Brasil se beneficiou do ouro, o qual financiou e alavancou a expansão demográfica e a economia autônoma por meio da expansão do comércio entre as regiões brasileiras.

Nos primeiros séculos do período colonial, presume-se que dois terços da renda interna da colônia proveniente das exportações eram direcionadas a importação de produtos manufaturados, outra parte era para pagar impostos a coroa portuguesa, e remessa para o exterior de lucro dos comerciantes ingleses aqui instalados, sobrando bem pouca para uma poupança interna. Devido a nossa pauta de exportação ser ancorada por um só produto no caso açúcar, suas crises cíclicas fizeram com que a nossa economia durante este período não evoluísse, refletindo no setor autônomo que só começou a crescer a partir de 1750 com a descoberta do ouro, revigorando este crescimento com a vinda da família real e sua corte para o Brasil em 1808 (Buescu 2011).

Tabela 1 – Evolução das exportações e setor interno

Período cíclicos 50 anos	Exportações em £ 1.000	Exportações variações %	Setor autônomo em £ 1.000	Setor autônomo variação %	Renda da Colônia em £ 1.000
1600	2.400		600		3.000
1650	4.000	67%	1.000	67%	5.000
1700	2.400	-40%	1.600	60%	4.000
1750	4.300	79%	2.900	81%	7.200
1800	3.500	-19%	5.300	82%	8.800

Fonte: BUESCU (2011, p. 70)

Observa-se pela Tabela 1, que a partir do século XVIII houve um aumento substancial da renda interna, de aproximadamente 200%, ultrapassando a renda gerada pelas exportações. A economia da colônia deixou de ter somente as exportações como fonte de renda. A produção voltada para o consumo local passou a ganhar destaque com a liberação da produção manufatureira feita pelo príncipe Regente D. João, que revogou a proibição de criação de indústria manufatureira na colônia, agora vice reinado.

Tabela 2 - Pauta de exportação período colonial- principais produtos

Período	Período 1600		Período 1650		Período 1700		Período 1750		Período 1800	
	Valor em £ 1.000	Peso Em %	Valor em £1.000	Peso em %	Valor Em £1.000	Peso em %	Valor em £ 1.000	Peso em %	Valor em £ 1.000	Peso em %
Açúcar	2.160	90%	3.800	95%	1800	75%	2.000	47%	1.100	31%
Pau brasil	100	4%	75	2%	45	2%	30		60	2%
Fumo							100	2%	255	7%
Couro e peles					100	4%	110	2%	200	7%
Mineração					310	13%	2.035	48%	855	24%
Algodão									200	7%
Café									780	20%
Total	2.260	94%	3.875	97%	2255	94%	4.275	99%	3.450	98%

Fonte: BUESCU (2011, p. 40-45)

Observa-se, na Tabela 2, que a partir de 1750 com a exploração mineral, houve um aumento no valor das exportações neste período. A partir do período de 1800, o café e o algodão entraram na pauta de exportação, o açúcar no período de 1750 começa a diminuir sua participação na exportação representando agora menos de 50% de nossa pauta, porem continuou tendo peso na mesma. Observamos que no final do século XVIII o café já despontava como grande gerador de divisas.

Conforme Buescu (2011), o período colonial brasileiro trouxe efeitos desastrosos para o futuro econômico do país, isto porque as receitas dos tributos aqui cobradas eram remanejadas para a metrópole, além de que, os monopólios, os acordos políticos e econômicos da metrópole, impediam uma produção própria de produtos manufaturados, além de que as vendas dos produtos no comércio internacional sofriam intermediação compulsória da coroa, amortecendo os ganhos dos produtores. Estes fatores diminuía a capacidade de gerar renda interna, que alavancaria o dinamismo potencial de nossa economia e sua capacidade produtiva. Por esses motivos a economia colonial brasileira entrou e saiu destes ciclos econômicos sem deixar frutos que gerassem uma nova era de prosperidade, continuando sendo uma colônia de exploração.

2.3.5 O renascimento agrícola - Fim da monocultura

Com a descoberta de ouro, a agricultura de subsistência passou por dificuldades, uma vez que a mão de obra empregada foi desviada para a mineração de ouro, vindo a colônia a sofrer com o desabastecimento e aumento de preço. Porém, com a decadência do ciclo do ouro, houve uma retomada, no século XVIII, da agricultura tornando-se a maior fonte de recursos financeiros na colônia, agora não só com a monocultura da cana de açúcar, mais também com o arroz e algodão, ainda que tendo pouca expressão na pauta de exportação em relação ao açúcar. No Nordeste, o algodão se destacou devido ao aumento da demanda, ocasionado por vários fatores, entre eles, a revolução industrial que trouxe novas tecnologias para o uso do algodão, que passou a ser utilizado em maior escala na indústria têxtil, levando a expansão dessa produção para outras regiões do Brasil como Pará e Rio Grande do Sul (REGO; MARQUES, 2010).

Observa-se que ao longo do tempo as riquezas geradas pelos ciclos econômicos coloniais (exploração do pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração) foram direcionadas para poucos, não alcançando a maioria da população. E que muito destas riquezas geradas, não foram canalizadas para gerar novas riquezas, mas para consumo próprio dos seus detentores. Como a maioria da população era escrava, e a que não era vivia de subsistência, fator este impróprio para a formação de um mercado consumidor ativo que induziria a um mercado de produção manufatureiro, geraria emprego assalariado, formando novos consumidores, alavancando a economia da colônia. Esta dependência exacerbada das exportações fez com que a economia interna da colônia

estivesse sempre dependendo das oscilações do mercado externo, que só foi amenizando com o crescimento do setor autônomo da economia. (BUESCU 2011)

O Período Colonial deixou fortes marcas na economia brasileira que nem a crise do sistema colonial nem a independência do Brasil de Portugal, conseguiram romper definitivamente, coexistindo nos tempos atuais de alguma forma os laços de dependência econômica herdados. (BORGES; CLADARIVIAN. Pg. 14, 2010)

Concluído a análise do período colonial, vamos dar continuidade do tema no período imperial, onde houve notáveis modificações na economia brasileira.

3 BRASIL IMPÉRIO (1822 a 1889)

O Brasil Imperial foi um período da história brasileira entre 7 de setembro de 1822 (Independência do Brasil) e 15 de novembro de 1889 (Proclamação da República). A forma de governo adotada foi a monarquia. Essa foi a primeira forma de governo adotada no país independente, sendo que dois imperadores comandaram o país no período, D. Pedro I e D. Pedro II. Embora a independência política do Brasil em relação a Portugal não tenha gerado conflitos militares de grande monta, tivemos sim consequências fundamentais na área econômica devido aos acordos econômicos feitos com a Inglaterra, que dava privilégios econômicos aos comerciantes ingleses em troca da proteção política e militar.

Ou seja, se repetiu a mesma situação que ocorreu com a vinda da família real para o Brasil, foram necessárias várias décadas para que a nação conseguisse se desvencilhar dos acordos econômicos com os ingleses e portugueses. No caso de Portugal, o pagamento das dívidas contraídas junto a Inglaterra com destino a colônia que engessava a nossa economia interna retardou o processo de industrialização da nação, o que fez com que continuássemos a depender de outras nações para suprir a demanda interna de produtos industrializados e manufaturados. Esta dependência além de drenar as receitas advinda das exportações, prejudicava a instalação de indústria, sendo que a agricultura era que norteava a economia do império. (MALERBA, 1999).

3.1 Governos

3.1.1 Primeiro reinado - Dom Pedro I

O modo de produção implantado no Brasil desde a sua descoberta foi o mercantilismo, neste sistema econômico o país prestava-se apenas para oferecer matéria prima como fonte de obter recursos financeiros. Esta necessidade de importar produtos acabados colocava o Brasil como mero exportador de matéria-prima e importador de produtos manufaturados, principalmente da Inglaterra. Como o recém criado Império necessitava de amparo político e militar para continuar como nação independente, o governo brasileiro teve que se subjugar as pressões econômicas exercidas pelos parceiros comerciais. Para tanto, teve que renovar os termos econômicos que impunha uma taxaçoão de produtos importados em 15%. Como o

governo obtinha seus recursos financeiros por meio dos impostos, salienta-se a que a maioria dos impostos eram advindos das importações, gerando dificuldade de arrecadação para o governo brasileiro e conseqüentemente de investimento.

O período Regencial (1831-1840), foi marcado por revoltas ocasionadas pelas demandas reprimidas, o que levou a gastos maiores e concessões para reprimir as insurreições de várias províncias que lutavam por maior autonomia política. Devido as necessidades de fazer caixa para arcar com a despesa com segurança que aumentou neste período, o governo aumentou os impostos, impactando na carga tributária que afetou de forma profunda o mercado interno devido ao aumento dos preços. Neste curto período, a economia brasileira ainda se encontrava amarrada a acordos que estimulavam as importações de produtos acabados o que inibia a produção interna, embora o país não tivesse um crescimento econômico, tivemos melhorias na infraestrutura, que proporcionaram condições para que no segundo reinado houvesse desenvolvimento. (BUESCU, 2011).

3.1.2 Segundo reinado - Dom Pedro II

Segundo Rego e Marques (2010), ao assumir o trono Dom Pedro II encontrou situações econômicas favoráveis que fizeram com que a economia brasileira se desenvolvesse, tais como:

- O café brasileiro encontrava em grande fase de produção e com um mercado internacional ávido pelo produto, o que fez com que o seu preço se elevasse no mercado.
- Término dos acordos tarifários e criação da Tarifa Alves Branco em 1844, que aumentou os impostos dos produtos importados entre 20% a 60%, cujo objetivo era de solucionar o crescente déficit orçamentário e que propiciando mais recursos financeiros ao Governo, a partir da Tarifa Alves Branco as rendas públicas cresceram bastante, permitindo desafogar a situação orçamentária do Governo.
- Apesar da persistência do déficit orçamentário, a reforma de 1844 possibilitou o uso das tarifas alfandegárias como medida de amparo à produção nacional.
- O encarecimento dos produtos importados favoreceu e estimulou o surgimento de novas atividades econômicas nacionais.

- O embargo do tráfico negreiro criado pela Inglaterra apoiado na lei Bill Aberdeen, fez com que aos poucos a mão de obra deixasse de ser escrava para assalariada. A vinda de emigrante com mão de obra assalariada aumentou a produtividade e criou um mercado consumidor

3.2 Finanças Públicas

A falta de uma base tributável ampla neste período imperial (tributava-se o que se importava e o que se exportava), a existência de uma desobediência fiscal fora do padrão, e a existência de um sistema fiscal fragilizado diminuía ainda mais as receitas tributárias do império. E devido as despesas administrativas do novo império serem maiores do que se arrecadava com impostos, a solução encontrada pelo governo foi a expansão monetária por meio de emissões de papel-moeda sem lastro. (BUESCU 2011).

Tabela 3 – Indicadores monetários período imperial

Papel-moeda emitido (Conto de reis)				Déficit do tesouro (Conto de reis)	Índice de Preços	Taxa de cambio
Período	Valor	Bancos	Total	Varição no Período em %	Varição no Período em %	Varição no período em %
1850/51	46.884	1.313	48.197			
1856/57	43.677	51.704	95.381	97,6	41,2	4,3
1861/62	33.078	45.704	78.782	-17	1,4	1,4
1870/71	151.078	40.728	191.806	142	25,8	19
1874/75	149.501	32.367	181.868	-5,2	-0,4	-11,7
1881/82	188.111	24.129	212.240	16,7	9,9	17,7
1885/86	194.283	19.300	213.583	0,6	-4,7	17,8

Fonte: BUESCU (2011, p. 157)

A Tabela 3 nos mostra que a partir do biênio 1870/1971 houve uma acelerada expansão da base monetária, porem no biênio 1874/1975 houve uma pequena redução de - 5,2% voltando a expandir-se nos biênios posteriores, 1881/82 e 1885/86 devido ao aumento da emissão de papel moeda emitido pelo governo. Fatos interessantes a serem observados é que o índice de preços embora tenha sido alto em alguns períodos, não acompanhou na mesma proporção o aumento da emissão do papel moeda, tal fato se deu devido o costume existente de entesouramento doméstico, culminando na falta de

papel moeda em poder do público, diminuindo a quantidade de dinheiro em circulação o que atenuou o impacto da expansão monetária sobre a inflação. A desvalorização da nossa moeda, ou seja, a taxa de câmbio não foi tão acentuada, motivada pela entrada de divisas estrangeiras em forma de empréstimos e investimentos diretos, conforme demonstrado nas tabelas 4 e 10.

O governo também recorreu a empréstimos internos, sendo que a dívida interna era constituída de títulos da dívida pública, empréstimos e depósitos das caixas econômicas e outros bancos oficiais, chegando ao montante de 506 mil contos de réis, o que representava aproximadamente 50% da renda interna do país, seu serviço constituía um ônus pesado para o governo. (BUESCU, 2011).

Neste período imperial a economia brasileira era quase toda baseada na exportação de matéria prima, e para mudar esta situação o governo com recursos financiados pelos bancos ingleses realizou investimentos na infraestrutura do país, principalmente nas estradas e nos portos, facilitando a comunicação entre as regiões. Durante o período imperial o governo brasileiro contraiu 11 empréstimos, no montante de £40.755,700, onde somente £13.959.00 destinou-se para investimento direto em construções de ferrovias e outras obras públicas como aparelhamento da esquadra naval, construção de estrada entre outros. O restante £26.959.300 foram destinados para cobrir os déficits governamentais, pagamento das dívidas anteriores e seus juros, com isto o endividamento que em 1850 era de £ 6.182.550, representava 76,1%, da exportação anual, passou para £ 30.152.500 em 1890, o que representou 114,3% das exportações brasileiras, ou seja em apenas 40 anos a dívida teve um aumento de 387,7%. (BUESCU, 2011).

4 – Balança de pagamento no período imperial

Valores acumulados em £ 1.000				
Períodos decenais	Balança de pagamentos	Empréstimos	Amortização Juros	Saldo do Balanço Pagamentos
1850/51-59/60	-11,237	4.097	-6.486	-13.662
1860/61- 69/70	17,16	8.300	-11.015	14.445
1870/71-79/80	34,777	7.963	-11.3860	31.354

Fonte: BUESCU (2011, p. 153)

Na tabela 4 temos a uma representação da balança de pagamentos do período imperial. Observamos que somente a partir de 1860 o Brasil passou a ter uma

balança de pagamento superavitária, sendo uma das causas a entrada de divisas por meio de empréstimos externos que serviram para melhorar o sistema de transporte e de investimentos para a produção de café e borracha, aumentando o leque de produtos para exportação. Porém, como estes investimentos foram feitos de fora para dentro, ou seja por meio de empréstimos, gerou uma dívida externa que provocou um constante déficit na balança de pagamento.

3.3 Comércio externo no período Imperial

Como o Brasil não tinha um mercado consumidor interno que pudesse induzir a implantação de indústrias e manufaturas, cujo excedentes poderiam ser exportados, as nossas exportações eram essencialmente de produtos primários: açúcar, borracha, amêndoas (cacau e café), algodão, fumo, couros. (REGO; MARQUES, 2010).

Tabela 5- Exportações brasileira no período imperial

Decênio	Café	Algodão	Açúcar	Couro peles	Fumo	Borracha	Cacau	Erva mate	Total
1821/30	18,4%	20,6%	30,1%	13,6%	2,5%	0,1%	0,5%	0,0%	85,8%
1831/40	43,8%	10,8%	24,0%	7,9%	1,9%	0,3%	0,6%	0,5%	89,8%
1841/50	41,4%	7,5%	26,7%	8,5%	1,8%	0,4%	1,0%	0,9%	88,2%
1851/60	48,8%	6,2%	21,2%	7,2%	2,6%	2,3%	1,0%	1,6%	90,9%
1861/70	45,5%	18,3%	12,3%	6,0%	3,0%	3,1%	0,9%	1,2%	90,3%
1871/80	56,6%	9,3%	11,8%	5,6%	3,4%	5,5%	1,2%	1,5%	94,9%
1881/90	61,5%	4,2%	9,9%	3,2%	2,7%	8,0%	1,6%	1,2%	92,3%

Fonte: FAUSTO B. (1994, p 191 apud CROCE, 2005, p 3)

Observa-se que ao longo do século XIX, o café aumentou a sua participação na pauta de exportação, sai do terceiro lugar no decênio 1821/30 para o primeiro lugar no decênio 1881/90, aumentando seu impacto na balança comercial. O açúcar que era o principal componente da nossa pauta, diminui gradativamente o seu valor de mercado ficando em segundo lugar com 10% no final do século XIX, mas bem distante do café que pulou de uma participação de 19% para 62% na pauta de exportação, assim como a borracha que gradativamente aumentava o seu percentual de participação na nossa pauta de exportação. O café movimentava a economia local de modo geral, pois grande

parte da população se beneficiava de seus resultados, diferentemente do açúcar onde a riqueza gerada era para poucos. Salienta-se também que a borracha passou a ganhar destaque na nossa pauta de exportação movimentando a economia da região Norte.

Tabela 6 - Destino da exportação brasileira no período imperial

Destino	1806	1842-1843	1852-1853	1872-1873	1901
Grã Bretanha	17,40%	27,90%	35,50%	36,90%	13,00%
Estados Unidos	0,00%	16,60%	32,40%	29,30%	43,00%
França	34,80%	6,00%	6,10%	8,70%	11,70%
Alemanha	17,10%	11,80%	5,00%	7,60%	14,80%
Portugal	10,00%	7,50%	4,10%	6,20%	6,00%

Fonte: ABREU (2001, p. 9)

Na tabela 6, observa-se que houve uma mudança no destino das exportações brasileiras. A França que despontava no início do século como um dos principais compradores, restringiu as suas compras de maneira drásticas, da mesma forma a Grã-Bretanha que adquiria, nos meados do século XIX aproximadamente 36% de nossas exportações, no final do século reduziu para 13% sua pauta de importação. Enquanto o Estados Unidos saiu de um patamar de 16% para 43% do total de nossas exportações.

Tal fato se deu pela mudança dos componentes da nossa pauta de exportação, (ver Tabela 5). O Brasil deixou de exportar um único produto, no caso o açúcar, para exportar mais de um produto. Com a entrada do café na nossa pauta de exportações, que estava se tornando o principal item de exportação, houveram mudanças nas relações comerciais brasileira. O café teve livre entrada e grande aceitação no mercado dos Estados Unidos, passando a ser o nosso maior mercado importador. Como o café brasileiro era sobretaxado no mercado europeu, a penetração deste produto em um mercado que tinha como grande concorrente as ervas aromáticas usadas em chá de grande aceitação por esta população europeia, foi dificultado trazendo consequências negativas nas exportações para este continente. (REGO; MARQUES; 2010).

Buescu (2011), informa que o nível de importação era quase o mesmo das exportações, a tendência e que estes déficits das finanças públicas tenderiam a aumentar, o desequilíbrio nas finanças públicas, provocando a desvalorização câmbio, que no primeiro momento beneficiou os exportadores, mas provocou uma diminuição das importações, o que provocou desabastecimento de alguns produtos. Com a entrada do café na pauta da exportação, houve uma melhora no saldo da balança comercial

brasileira tornando-a positiva a partir do primeiro decênio da independência do Brasil. As importações se baseavam na maior parte por produtos manufaturados e em uma boa proporção de gêneros alimentícios, bebidas e tecidos, e em pequena escala matérias primas e combustíveis.

Tabela 7- principais países Exportadores para o Brasil no período imperial

Origem	1806	1842-1843	1852-1953	1872-1873	1901
Grã Bretanha	40,00%	48,40%	53,30%	51,50%	31,40%
Estados Unidos	6,00%	11,80%	8,50%	5,60%	12,40%
Franca	7,80%	12,00%	13,50%	14,60%	8,00%
Alemanha	7,60%	5,00%	5,90%	6,80%	9,40%
Portugal	0,00%	8,00%	6,60%	8,00%	6,50%

Fonte: ABREU (2001, p. 11)

Diferentemente do que apresentamos na Tabela 6, na Tabela 7, a situação se inverteu, a Inglaterra era a nossa principal fornecedora de produtos manufaturados, chegando a participar com 53,30% das nossas importações, enquanto os Estados Unidos que ao longo do século se tornou nosso principal comprador, mantinha o nível de exportação para o nosso país a níveis médio de 8%.

Conforme Soares (1883, apud ABREU; LAGO 2001), devido não termos uma produção de bens manufaturados que atendesse a demanda do mercado interno, o Brasil dependia das importações para suprir esta demanda. No século XIX, o nosso leque de produtos importados se compunham dos seguintes itens: produtos de algodão 27,5%, bebidas 18%, objetos produzidos em lã 6,6%, trigo e farinha de trigo 6%, pescados 10%, carvão mineral 3,9%, máquinas e equipamentos para indústria manufatureira que estava em estado embrionário em somente 1,7%, vindo a aumentar de forma relevante a partir da década de 80 do mesmo século, com a implantação de ferrovias e expansão da nossa indústria manufatureira, provocada pela demanda crescente da nova mão de obra assalariada.

3.4 Ciclo do café

3.4.1 O começo

O ciclo do café teve seu início no período imperial terminando no período republicano. Conforme Furtado (2005), com o aumento da produção de café no Brasil a

sua importância dentro da economia brasileira tornou-se mais relevante, sobre dois aspectos: o produto gerava mais lucros e divisas e criava novos mercados para os nossos produtos. A plantação do café em forma de plantação comercial começou no Estado do Rio de Janeiro, nas matas da Tijuca, expandindo-se para Angra Dos Reis, Parati, chegando a São Paulo por Ubatuba.

Devido ao seu clima propício e o solo fértil o vale do rio Paraíba em pouco tempo, tornou-se um polo de grande importância. A necessidade de escoamento da produção fez com que fosse criado um sistema complexo de estradas férreas. Nessa nova região foi implantada uma boa rede de estradas rodoviárias e ferroviárias que serviu não só para o escoamento do café mas também de outros produtos em ambos os sentidos, aumentando o intercâmbio comercial entre as regiões. Com a expansão cafeeira o café passou pela parte oriental de São Paulo, chegando até Minas Gerais. (REGO; MARQUES, 2010).

A estrutura produtiva se igualava a estrutura produtiva de outras culturas de exportação, ou seja, a monocultura. Em relação à monocultura da cana de açúcar que era completamente autônoma ou seja, auto sustentável, a do café era mais especializada, ou seja, todos os fatores de produção estavam direcionados a produção do café, onde foram criados agentes especializados para suprir as necessidades das fazendas. Na estrutura cafeeira também existiam uma classe intermediária como: colonos meeiros, parceiros e arrendatários que produziam café em pequena quantidade e outros produtos de subsistências, que supriam as necessidades básicas da empresa cafeeira. (REGO; MARQUES, 2010).

Devemos lembrar que estas fazendas no seu início usavam a mão de obra escrava, mas que devido baixa produtividade alcançada, gradualmente esta mão de obra foi sendo substituída por uma mão de obra assalariada que produzia mais (que poderia ser administrada por um administrador ou feitor) elevando a renda do cafeeiro, tornando o fazendeiro um empresário. Esta nova forma de administrar fez com que muitos fazendeiros deixassem o campo e passassem a residir nas cidades, o que unificou e deu força política a classe. Embora houvesse uma gama enorme de produtores de café, os estabelecimentos cafeeiros se diferenciavam no tamanho e na quantidade de pés de café. (REGO; MARQUES, 2010).

Buescu (2011) nos fala que a cultura do café, diferentemente das outras culturas, tais como: cana de açúcar, soja, milho, que tem seus ciclos anuais, e uma única colheita, o café, embora exija um período de maturação entre sua plantação e produção

comercial de aproximadamente cinco anos é uma cultura perene. Ou seja se planta uma única vez para se ter um ciclo produtivo entre 20 e 25 anos, sendo que sua produção máxima se alonga por um período de 10 anos. A única alternativa rentável para investir os lucros obtidos com a venda do café era o reinvestimento na própria produção do café.

O café brasileiro encontrava em grande fase de produção e com um mercado internacional ávido pelo produto, o que fez com que o seu preço se elevasse dando maior lucro, sendo responsável por 18% das nossas exportações. A partir do terceiro decênio do século XVIII, quando os novos cafezais começaram a produzir, sua importância na pauta de exportação aumentou, passando para 40% a sua participação nas exportações brasileiras. (BUESCU; 2011).

Furtado (2005), nos fala que a produção cafeeira formou-se de forma diferente da produção de açúcar, com custo de produção relativamente menor e com uma nova classe produtora formada por pessoas experientes no comércio, ou seja, detinham controle da produção e da venda. Assim, procuraram expandir as suas terras, recrutando mão de obra ociosa remanescentes da mineração e dos engenhos. Concluída sua etapa de implantação inicial, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subsequente; estava formado o quadro da nova classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira.

Devido a necessidade financeira do governo imperial e para fornecer parâmetros e normas de ocupação, posse, manutenção e comercialização de terras no território brasileiro, Dom Pedro II, em 18 de setembro de 1850 sancionou a Lei de Terra (Lei nº 601) que determinava que a única forma de se estabelecer em uma terra, seria a compra da mesma, não permitindo mais a posse pela simples ocupação da terra e seu desbravamento, ou seja, uma terra só poderia ser considerada uma propriedade privada se fosse comprada. Outro objetivo da Lei de Terra era coibir a compra de terras por pessoas pobres, principalmente na zona cafeeira onde existia insuficiência de mão de obra disponível para trabalhar nos cafezais, fazendo com que os mesmos continuassem tendo somente a sua força de trabalho como meio de subsistência o que favoreceu os grandes proprietários rurais por meio do aumento da mão de obra disponível e passaram a controlar a terra e os meios de produção agrícola. (ABREU; LAGO, 2001).

Com esta lei a terra deixou de ter um caráter social ocasionado pela simples posse, passando a ser um bem comercial que gerava lucros e controle social, possibilitou concentração de terras para poucos o que se perpetua até hoje no país. Porém, esta mesma lei que coibia a ocupação das terras na zona cafeeira, facilitava a aquisição de

pequenos lotes de terras na região sul do país, sendo essencial para consolidar a colonização por meio de pequenas propriedades alocadas para famílias de emigrantes de origem europeia, principalmente alemães, que produziam grandes quantidades de gêneros alimentícios, cujo excedente era destinado para comercialização em outras províncias, principalmente para a região cafeeira, onde as terras e a mão de obra estavam direcionado para a monocultura do café. (ABREU; LAGO, 2001).

3.4.2 Dilemas da mão de obra

Conforme Furtado (2005) antes mesmo do fim da escravatura existia a necessidade de mão de obra para trabalhar na agricultura, principalmente no cultivo do café. Em 1840, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, fazendeiro de café e político luso-brasileiro, prevendo o fim da escravatura, implementou a mão de obra assalariada trazendo os primeiros imigrantes europeus para trabalharem em sua fazenda Ibicaba em forma de parceria, porém este arranjo de trabalho não deu certo. A solução do problema da mão de obra veio em 1870, quando o governo do Império passou a custear os gastos com o transporte dos imigrantes que deveriam trabalhar na lavoura cafeeira, não cabendo o desvio desta mão de obra para outras atividades, em contrapartida, os fazendeiros produtores de café cobririam os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividade, além de disponibilizar terras para o cultivo de gêneros de primeira necessidade, necessários para manutenção da família. Seus ganhos eram baseados na sua produtividade. (FURTADO, 2005).

Os subsídios dados pelo governo e os novos arranjos de trabalho forneciam melhores condições para o colono. O fluxo migratório para o Brasil, se acelerou de tal monta que somente no Estado de São Paulo, este fluxo migratório elevou de 13 mil nos anos 70 do século XIX, para 184 mil nos anos 80 do mesmo século, chegando a 609 mil na última década, perfazendo um total de 803 mil no último quartel do século. Deste montante 577 mil eram de origem italiana. (FURTADO, 2005).

Conforme Furtado (2005), o aumento da produção de café no Brasil e a sua importância dentro da economia brasileira tornou-se mais relevante, sobre dois aspectos: o produto gerava mais lucros e divisas e criava novos mercados para os nossos produtos. E devido as recentes emancipações dos países americanos das suas matrizes, formou-se uma ideologia de proteção continental que fortaleceu as nações como independentes e fomentou o intercâmbio comercial entre as nações americanas,

tornando o Estados Unidos o nosso maior parceiro comercial, comprando aproximadamente 50% da produção de café.

Tabela 8 – Café volume exportado, receitas e sua participação nas exportações

Decênio	Volume exportado (1000 sacos)	Receitas (£1000)	Valor médio em £ (saco)	Exportação Total	Participação exportações
1821/1830	3.178	7.178	2,26	36.792	18,4%
1831/1840	9.744	21.539	2,21	49.214	43,80%
1841/1850	15.677	21.736	1,39	52.690	41,30%
1851/1860	26.253	49.741	1,89	102.019	48,80%
1861/1870	28.977	68.004	2,35	149.471	45,50%
1971/1880	36.341	112.754	3,1	199.391	56,50%
1881/1900	53.326	135.027	2,53	219.735	61,40%

Fonte: BUESCU (2011, p.119)

Observa-se na Tabela 8, que o café manteve o preço estável durante o século, sendo que a queda de preço no decênio 1841/1950 foi devido a retração do mercado americano provocado pela guerra civil naquele país. E no decênio 1861/1870 a queda foi provocada pelas depressões econômicas cíclicas ocorridas no período, que afetou a demanda, mas não a oferta, que continuou a se expandir. Com a expansão cafeeira, o Brasil entrou em um novo ciclo econômico ancorado no café, de relevante importância na transformação da economia brasileira, gerando uma expansão nas atividades econômicas, não só para o setor exportador como também para o interno, que passou por um processo de auto sustentação. (REGO; MARQUES, 2010).

3.4.3 Comercializações do café

Sendo o café um produto de exportação mais valorizado no intercâmbio comercial brasileiro com as outras nações, pois era na sua comercialização que se produzia maiores lucros, ou seja, embora o cafeicultor obtivesse lucro, quem mais ganhava com o produto era o comissário que fazia o papel de banqueiro, adiantando dinheiro aos fazendeiros com juros entre 9 e 12%, cobrados pelos financistas e que recebiam uma comissão de 3% sobre a venda do produto recebido dos cafeicultores. Além disso havia o ensacador que manipulava e classificava os tipos de café, o comissário e o ensacador eram geralmente brasileiros ou portugueses aqui instalados, já os exportadores eram na sua maioria constituída de estrangeiros, principalmente

ingleses, uma vez que suas compras para exportação eram feitas em cima das demandas do mercado externo. Não possuíam seus próprios estoques e conseqüentemente não possuíam armazém ou depósitos. Este controle das casas exportadoras por estrangeiros, tornava maior a diferença entre o preço de compra no mercado interno e a venda no mercado externo, estes, manipulavam o preço do café para a compra auferindo grandes lucros que eram remetidos para os seus países de origem. (REGO; MARQUES, 2010).

Esta manipulação de preços foi causada pela expansão cafeeira ocasionando superprodução do café e como as casas comissárias eram concorrentes, os exportadores estrangeiros exerciam um papel de oligopsônio, ou seja, poucas casas exportadoras e muitas casas comissariados. Embora existissem reclamações pontuais dos cafeicultores como escassez de mão de obra, flutuações nos preços do café, as atividades cafeeiras eram rentáveis. Devido a sua continua expansão, aprimoramento nas tecnologias com introdução de máquinas despulpadoras e descascadores que aumentavam a produtividade do beneficiamento, diminuindo a necessidade de mão de obra empregada nestes serviços, diminuindo seu custo de produção, e seu ponto de equilíbrio constante fez com que excedente da poupança fosse direcionadas para outros setores produtivos. (REGO; MARQUES, 2010).

3.5 Início do processo de industrialização

O início da industrialização brasileira ocorreu a partir do último quartel do século XIX com o fim da mão de obra escrava, surgindo um mercado de mão-de-obra assalariada oriunda da imigração que formou um novo mercado consumidor. A deterioração da estrutura mercantilista, as sucessivas desvalorizações da moeda brasileira, que reduziu as nossas importações, foram fatores fundamentais para o início da industrialização do país. (REGO; MARQUES, 2010).

Com o fim da escravidão no Brasil, no último quartel do século XIX, todas as mãos de obra empregada nas lavouras de café em outros serviços passaram a ser assalariadas, criando um novo mercado consumidor, gerando um fluxo de renda interna alavancado pelos salários pagos aos trabalhadores, criando-se no Brasil uma economia com mercado interno. Isso, acarretou na criação de uma nova dinâmica de mercado, deixando de ser uma economia de subsistência, onde não só o que se exportava gerava renda, mas também o que se consumia internamente, criando-se um fluxo de renda

interna. Como a maior parte deste dispêndio da mão de obra assalariada era realizada com compras de alimentos, roupas, serviços etc.... No mercado local e de pequenos produtores e comerciantes estabelecidos na localidade, sendo que o lucro da comercialização constituía a renda dos mesmos que utilizam parte de seus ganhos em gastos com consumo próprios e parte em investimentos no próprio ramo econômico. Este fluxo de renda gerava uma renda superior a renda gerada pelas exportações. (REGO; MARQUES, 2010).

Com o aumento da demanda do café a nível mundial, houve a valorização do produto e por conseguinte o aumento da sua produção. Para atrair novos empregados para a atividade cafeeira, os salários pagos eram maiores que em outras atividades correlatas, fazendo uma pressão permanente sobre o nível médio dos salários pagos em outros ramos produtivos. Com este aumento da massa de trabalhadores assalariados aumentou-se a demanda de produtos produzidos no país incentivando a implantação de indústrias (REGO; MARQUES, 2010).

A expansão dos meios de transporte ferroviário e rodovias em função do café e outros produtos de exportação, trouxe novas oportunidades a indústria ainda incipiente. Facilitou o transporte de matéria prima e de produtos manufaturados, redundando na redução dos custos de produção, e conseqüentemente na redução do preço de venda do produto final, tornando o mercado de produção mais competitivo, aumentando a demanda agregada e a renda do setor autônomo. Embora já existisse indústrias no Brasil no período imperial, as mesmas eram incipientes, produziam geralmente produtos de aviamento e toucador como chapéus, círios (velas), sabão, cerveja, cigarros, tecidos de algodão, fósforo. Geralmente operavam com mão de obra escrava de pouco rendimento e com equipamentos primitivos, sendo que a maioria dos insumos eram importados. Muitas empresas tiveram pouca duração devido o pequeno mercado consumidor e a pouca produtividade o que encarecia o custo de produção. Porém, a partir da entrada do trabalhador imigrante e a libertação dos escravos, a mão de obra passou a ser assalariada o que de certa forma criou um novo mercado consumidor, dando oportunidade de criação de novos empreendimentos industriais no país. (REGO; MARQUES, 2010).

Conforme Buescu (2011) a renovação tecnológica foi efervescente, no período de 1851 a 1875 houveram 222 patentes de processos autorizadas, enquanto no período de 1876 a 1889 houve um salto para 1.249 patentes requeridas. Este florescimento da economia nacional, criou uma mentalidade empresarial de investimento

produtivo, onde o setor dinâmico da economia não se concentrava mais na agricultura e sim no setor industrial, tendo como destaque Irineu Evangelista de Souza, que criou ferrovias, estaleiro naval e indústria de fundição, investiu em transporte fluvial na Amazônia e Rio Grande do Sul, além de serviços de utilidades públicas como fornecimento de gás para iluminação no Rio de Janeiro e bancos como o novo banco do Brasil e o banco Mauá.

Tabela 9 – Industrias instaladas no Brasil durante o Império

Período	Nº de empresas Instaladas	Varição de indústrias Instaladas %	Força motriz (HP) Empresa (Media)	Operários por empresa (media)
Ate 1849	35		59,3	83,7
1850\1859	50	42,5%	55,3	94,6
1860\1869	54	8%	45,8	48,9
1870\1879	125	131,5%	92,5	82
1880\1889	398	218,4%	123,2	90,7

Fonte: BUESCU (2011, p. 143)

Como a economia brasileira estava pautada na exportação de produtos agrícolas e importação de produtos manufaturados, conforme motivos já expostos, a indústria tinha pouco peso no cenário econômico nacional, somente no final do império e início da república é que ela começou a se desenvolver. Embora existissem empresas de grande porte, como o estaleiro Mauá, a maioria das empresas aqui instaladas eram incipientes de pouca produtividade e alto custo de produção, muitas eram pequenas ou de produção artesanal e voltadas para a produção de produtos têxteis que utilizavam o algodão com matéria prima. (REGO; MARQUES, 2010).

Em 1881 a Associação Industrial do Rio de Janeiro publicou um manifesto sobre a importância do desenvolvimento da indústria no país que retratava não somente a situação da época como a atual situação brasileira:

O Império, graças a ela (indústria), não só obteria a independência econômica, mas resolveria alguns dos seus problemas, pois atrairia braços e capitais estrangeiros, ocuparia uma população urbana desocupada que poderia suscitar uma questão social, livraria a nação de sua vulnerabilidade de uma economia de monocultura e abastecendo o mercado interno, diminuiria a importação, aliviando a balança comercial (REGO; MARQUES, 2010; p. 76)

A maioria dos investimentos foram feitos com recursos de empréstimos ou por investidores ingleses que tinham a garantia de retorno de investimento dado pelo governo. Com esta garantia e as condições da economia em ascensão, aumentou o

interesse do capital estrangeiro em investir no país. O capital especulativo, sobressaiu-se chegando em 1880 a um investimento de £ 23,1 milhões em títulos do governo e £ 15,8 milhões em investimentos diretos. Como o setor de transporte era o mais rentável e o mais seguro, aproximadamente 80% dos investimentos foram feitos na construção e ampliação de novas ferrovias (BUESCU, 2011).

Tabela 10 - Investimentos estrangeiro no Brasil Império – (em £ 1000)

Investimento internacional direto em £1000								
Década	Empréstimo em £1000	Investimento governo em £1000	Ferrovia	Serviço Público	Matéria Prima	Industria e miscelânea	Total direto	Total geral
Ate 1840	5.600	5.300	n.d	n.d	n.d	n.d	1.300	6.900
1865	13.036	13.035	5.375	828	589	457	7.249	20.284
1875	20.242	20.356	6.362	2.755	423	1.032	10.572	30.928
1885	23.242	23.246	17.092	3.061	856	3.389	24.398	47.641
1895	52.410	1.862	33.324	3.324	1.004	3.136	40.788	42.410

Fonte: STONE 977,1987 (apud ABREU, 2015, p.18).

Nesta Tabela 10 observa-se que o investimento feito pelo governo brasileiro, foi feito não com recursos próprios mais sim com empréstimos, e que o aumento do investimento estrangeiro foi proporcionado pelas garantias do governo de retorno do capital e lucros. Ou seja, os investimentos estrangeiros que por ventura não lograsse êxito o governo se responsabilizaria pelos prejuízos sofridos pelos investidores, outro fator importante que o país se encontrava em franco desenvolvimento econômico, observamos também que em média de 80% dos investimentos se canalizavam para o setor ferroviário, onde se tinha melhor garantia de retorno. Observamos que nas duas primeiras décadas do período republicano, estas políticas de incentivo a investimentos continuaram.

3.6 Subciclo da borracha

A borracha natural é uma matéria orgânica de origem vegetal, retirada da seringueira (*Hévea brasiliensis*) endêmica na Amazônia suas propriedades de impermeabilidade e elasticidade a tornam de grande utilidade em várias aplicações. Como a Amazônia era uma região inóspita, a economia se baseava no extrativismo realizado pelos índios ou mesmo pelos caboclos da região que adentravam a floresta em busca de especiarias, ainda que existissem bastante produtos a serem explorados o

aproveitamento esbarrava na dificuldade de mão de obra, quase inexistente, que dificultava uma organização de produção constante e crescente, onde pode-se destacar o cacau, que possuía maior rentabilidade econômica, porém sua forma de produção extrativista, não permitia uma maior produção, embora existisse demanda para o produto na Europa . (PRADO, 1976).

A descoberta da vulcanização da borracha com enxofre e calor feito por Charles Goodyear (1839), que dava maior durabilidade e aumentava as qualidades elásticas do látex o seu aproveitamento passou a ser a nível industrial, tornando a borracha um bom material para ser utilizado em pneus de automóveis, motocicletas e bicicletas, bem como na fabricação de correias, mangueiras, solas de sapatos, Fazendo com que houve alteração no ponto de equilíbrio entre oferta e demanda elevando o seu preço. (PALILOT, 2015).

Apesar disso, a sua exploração era reduzida não atendendo a demanda do mercado mundial que estava ávido pelo produto, o que levou a alta nos preços da matéria prima a níveis elevado no decorrer do século XIX, das £40 libras por tonelada na década de 40, passou para £ 116. Nos anos cinquenta, chegou a £ 182, nos anos oitenta, alcançando, no triênio 1909-11, a média de 512 libras por tonelada, tornando a borracha a matéria prima de maior valor comercial no mercado mundial. As exportações de borracha extrativa brasileira subiram da média de 6 mil toneladas na década de setenta, do século XIX para 11 mil nos anos oitenta, 21 mil no último decênio do mesmo século e 35 mil no primeiro decênio do século XX. (REGO; MARQUES, 2010).

Conforme Furtado (2005) a expansão da produção da borracha esbarrava na quantidade de mão de obra existente, a solução encontrada foi a migração de nordestino, o que foi facilitado pela grande seca que ocorria na região em 1877, dizimando os rebanhos e a agricultura. Os agentes de recrutamento desta mão de obra, utilizavam-se de propagandas fantasiosas que prometiam prosperidade, o exemplo dos poucos afortunados que mandavam buscar seus familiares e a falta de perspectiva econômica para a região fizeram com que esta migração fosse um sucesso.

O contingente destacado para a região amazônica não seria inferior a meio milhão de pessoas assim como aconteceu com os primeiros colonos europeus, se sucedeu com os migrantes nordestinos, já chegavam endividados, obrigados a reembolsar os gastos com a totalidade ou parte da viagem, com os instrumentos de trabalho e outras despesas de instalação. Além disso, ao se instalarem eram proibidos de ter a suas próprias roças de subsistência, eram obrigados a comprar os produtos para

sua subsistência dos seringalistas a quem estavam vinculados, ocasionado uma dívida eterna, reduzido- os a um regime de servidão, análogo a escravidão, inclusive sua família, que diante das dificuldades imposta eram obrigados a trabalhar na coleta do látex, neste quadro as crianças deixaram de ser crianças, foram despidos de sua infância. (FURTADO 2005).

Observa-se que neste período o Brasil deixou de ser uma economia puramente mercantilista e se transformou numa economia mista, com a entrada de novos produtos na pauta de exportação. O investimento em infraestrutura, principalmente ferrovias e transporte marítimo como no caso da Amazônia e Nordeste oportunizaram o aumento, a agilidade e a redução nos custos dos transportes, reduzindo a perdas durante o transporte de mercadorias e o crescimento da economia autônoma, fizeram com a economia brasileira se tornasse dinâmica.

Porém, devido os conflitos internos e externos, o desgaste natural de um governo e o surgimento de uma nova classe política empresarial, levaram ao fim o período imperial, surgindo uma nova forma de governo, com novas diretrizes, a República, que será abordado a seguir.

4 REPÚBLICA BRASILEIRA

4.1 Ciclos econômicos da Era Republicana

A proclamação da república em 15 de novembro 1889, mudou o perfil da governança do país, trouxe ao país um turbilhão de acontecimentos, como os conflitos existente de ordem política, com embates doutrinários entre as grandes personalidades sobre os caminhos que a Nação deveria seguir. As transformações estruturais foram diversas: transformação do perfil da mão de obra com a recente troca da mão de obra escrava para assalariada, a entrada de um imenso contingente de imigrantes, o que culminou com o reordenamento da economia brasileira no cenário internacional e a entrada maciça de investimento estrangeiros. (FRANCO in ABREU; org. 1995).

Embora entrassem divisas estrangeiras no setor produtivo e especulativo na ordem de 514 milhões de libras, tínhamos um constante déficit na balança de pagamento o que levou a um plano de saneamento monetário e fiscal. O valor da dívida externa do governo que em 1890 era de 30,9 milhões de libras, passando uma década depois para 44,2 milhões de libras. Em 1913 esta dívida alcançou a quantia de 144,3 milhões de libras, boa parte destes empréstimos eram para custear a compra de café pelo governo, as nossas exportações estavam em declínio o que diminuía o fluxo de entrada de divisa para o governo, o aumento da emissão de dinheiro para honrar compromissos federais, aumentando o fluxo monetário na economia doméstica. (FRANCO in ABREU; org. 1995).

A libertação dos escravos, a imigração de mão de obra europeia, fez com que toda mão de obra empregada na economia fosse assalariada, fomentando o comércio. O dinheiro em circulação era inferior a necessidade da demanda monetária, gerando uma demanda reprimida e dificultando os meios de pagamentos. O governo precisava de recursos para honrar seus compromissos federais no mercado interno. Diante destas necessidades econômicas do governo e do mercado, Rui Barbosa, o primeiro ministro da área econômica da República, tomou medidas com a criação da lei bancária em janeiro de 1890, que estabelecia as emissões bancárias num total de 450 mil contos de réis, deste total somente 205 mil contos de réis foram emitidos lastreados em títulos da dívida pública, o que triplicou a circulação de papel moeda desafogando as dívidas de curto prazo do governo. (REGO; MARQUES, 2010).

Criou também três regiões bancárias cada uma com o seu próprio banco emissor, o Banco dos Estados Unidos do Brasil (BEUB) que ficava na região central e estava instalado na capital, sendo o principal banco emissor, cujo maior acionista era o conselheiro Francisco de Paula Mayrink, sendo que suas emissões seriam inconvertíveis. (REGO; MARQUES, 2010).

No início, esta expansão monetária não causou inflação, porém com sua continuidade em junho de 1891 a expansão monetária chegou a 535 mil contos de réis, totalizando 80% de crescimento. Esta entrada de papel moeda em circulação e ocorrências econômicas externas, como a moratória da Argentina e a quebra da casa bancária Baring Bothers em Londres, dificultaram a entrada de capital no Brasil, influenciando a taxa de câmbio e desvalorizando a moeda brasileira. (FRANCO, in ABREU; org. 1995).

Devido a efervescência da economia, espelhada na economia americana que se encontrava em grande expansão industrial, na qual parte dos recursos para implantação de indústrias era obtido na bolsa de valores, com vendas de ações dos projetos em andamento e que foram finalizados gerando riqueza para a nação. Neste contexto econômico, muitos empresários que aqui aportavam aproveitaram para lançar na bolsa de valores brasileira ações de empreendimentos que muitas vezes estavam apenas no papel. Para inibir esta prática de especulação "Bursati" com envolvimento dos grandes bancos da capital que estava contaminando a economia, o governo tomou medidas: aumentou os depósitos de capital mínimo exigido para a constituição de uma nova empresa, selecionou os empreendimentos que realmente tinham condições de sair do papel e para diminuir a emissão de dinheiro sem lastro foi feita a fusão dos bancos Banco Nacional do Brasil (BNB) e o BEUB do qual resultou o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (BREUB), com capital inicial de 200 milhões de contos de reis, podendo emitir até três vezes o valor de seu capital inicial. (FRANCO, in ABREU; org. 1995).

Franco (in Abreu org. 1995), nos fala que para combater esta dificuldade estrutural, o governo federal tinha a sua disposição um conjunto de instrumentos econômicos, como: políticas fiscais, monetária e de câmbio, assim como recorreu a empréstimos no exterior para suprir o financiamento da demanda interna. Quanto a reforma tributária que poderia elevar a receita do governo, pouco foi feito, os ajustes fiscais limitavam-se ao controle das despesas governamentais. Quanto as políticas cambial e monetária geralmente ocorriam em benefício dos preços do café.

O boom de investimento estrangeiro e uma melhoria da exportação, sustentada pela exploração da borracha na Amazônia, tornou a balança comercial superavitária, e a moeda corrente se ajustou ao padrão ouro, que se estendeu até a eclosão da primeira guerra mundial. Porém, esta valorização da moeda fez com que as importações aumentassem. Os embargos causados pelo conflito diminuíram as nossas exportações, como a exportação do café se encontrava em declínio e com o preço baixo no mercado internacional, a borracha que até então tinha preço elevado, caiu de preço devido à concorrência das colônias inglesas. Esta deterioração das exportações fez com que o país tivesse uma constante crise de liquidez (REGO; MARQUES, 2010).

Independentemente das dificuldades econômicas do governo no período de 1900 a 1929, principalmente durante a 1ª guerra mundial, e devido aos embargos provocados pelo conflito, a economia brasileira voltou-se para dentro, utilizando o capital excedente da cafeicultura para a abertura de novas indústrias nacionais, para abastecer o mercado local livre da concorrência externa.

4.1.1 Subciclo da borracha apogeu e declínio

Com a solução da mão de obra, a produção alcançou níveis elevados. Em 1870 exportou-se 6 mil toneladas, 11 mil toneladas na década de 80, 21 mil na década de 90 do século XIX, e no primeiro decênio do século XX foram exportadas 35 mil toneladas do produto. Este aumento de produção se deu somente pelo aumento do contingente de mão de obra empregada, pois não houve melhoria nos meios de produção, que continuava rudimentar. Outro fator positivo para a exportação dos produtos, principalmente da borracha, foi a criação da Companhia de navegação a Vapor, por Barão Mauá, o que facilitou o transporte da população e dos produtos extrativos, principalmente a borracha. (PRADO, 1976)

Este “boom” da borracha transformou Manaus em cidade polo de abastecimento e comercialização da borracha, tornando-se uma cidade rica e com comércio próspero. Belém também usufruiu da riqueza gerada pela borracha e outros produtos regionais que eram exportados. Várias empresas internacionais se estabeleceram nestas duas capitais, que exportavam os nossos produtos e importavam produtos para o consumo, principalmente da elite da borracha que se formava. (PRADO, 1976).

Porém, não foram somente estas duas cidades que se desenvolveram, as cidades que serviam de entreposto comercial para o produto também cresceram, desenvolvendo suas infraestruturas básicas, como escolas e hospitais, comércio, criação de hotéis luxuosos, que hospedavam os representantes das companhias exportadoras e importadoras estrangeiras, e trupes de artistas nacionais e estrangeiros que vinham se apresentar nos majestosos teatros. (PRADO, 1976).

As riquezas geradas neste período eram de tal volume que cerca de 40% de toda a exportação brasileira era proveniente da Amazônia, lembrando que o produto era cotado e pago em libra esterlina (£), a moeda mais forte da época. O preço da borracha chegou a um valor nunca antes pago uma matéria prima vegetal, chegando a £512 libras esterlinas por tonelada. (SOUSA, 2015).

Conforme Buescu (2011) o apogeu do subciclo da borracha se deu entre 1890 a 1910, sendo que em 1850 a exportação anual da borracha era de 1.467 toneladas, com um valor acumulado de £ 2.107 mil no período 1841/50. Trinta anos depois, em 1880, alcançou 16.394 toneladas, com um valor acumulado de £ 16.920 mil no período 1881/90. A deficiência na produção e fornecimento do produto, que ficava aquém da necessidade do mercado, a inexistência de um substituto perfeito, fez com que o seu preço chegasse a patamares elevados.

Alguma solução teria que ser tomada pelos países importadores, e foi o que a Inglaterra fez, em 1876 começou a plantar a seringueira em suas colônias asiáticas: Sri Lanka e Singapura. Os ingleses desenvolveram um eficiente processo de plantio da seringueira com espaçamento adensado com alta produtividade. Logo depois a seringueira nativa da Amazônia se espalhou pelo Sudoeste da Ásia e outras regiões, deixando de ser um produto com demanda reprimida. (PALILOT, 2015).

A produção da borracha na Amazônia teve seu declínio com a entrada da produção da borracha asiática, cujo método produtivo era mais eficiente e organizado e com alta produtividade, ultrapassando a região amazônica que detinha até o final do século XIX 65% da produção mundial. Com o aumento da produção o mercado ficou abastecido da matéria prima, fazendo com que a oferta do produto deixasse de ser inelástica para se tornar elástica, uma condição favorável a demanda do mercado, levando o preço da matéria prima a encontrar um novo ponto de equilíbrio, ou seja, o preço começou a cair, chegando a menos de 100 libras em 1910. Devido à baixa do preço de maneira acentuada, desestimulou a produção amazônica, vindo o 1º ciclo

econômico da borracha a terminar em 1915, porém a atividade não encerrou, continuou maneira reduzida. (PRADO, 1976).

Devemos lembrar que a produção asiática em sua maioria estava nas colônias inglesas que podiam controlar o preço da matéria prima (PRADO, 1976). Com o início da segunda guerra mundial em 1939 o suprimento da borracha asiática para o Estados Unidos ficou comprometido que voltou a comprar a borracha na América do Sul. Foi quando Henri Ford implantou em Belterra e em Fordlândia o plantio do vegetal nos moldes das plantações asiáticas, porém sem resultados satisfatórios. Como a produção da borracha ficava aquém da demanda os Estados Unidos optou pela produção da borracha sintética, produzida a partir do petróleo. O que colaborou para o término do 2º ciclo econômico da borracha. (BACELAR, [2015?]).

O termino do 2º ciclo econômico da borracha na Amazônia ocorreu em 1950, embora a sua cultura fosse expandida para outras regiões, abrangendo os estados de São Paulo, Bahia, Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Esta cultura na região Amazônica foi desestimulada devido ao baixo preço no mercado. O Brasil é atualmente importador de borracha natural, produzindo somente 35% da sua demanda. (BACELAR, [2015?]).

Como aconteceu com os outros ciclos econômicos a maior parte da riqueza gerada por esta economia de exportação, não ficava na região, era gasta com produtos manufaturados e industrializados importados vindo da Europa. Desta forma, esta riqueza gerada não foi usada para melhoramento técnico da produção que continuava extrativista e arcaica e nem formou uma poupança que poderia criar um parque industrial o que daria sustentabilidade a economia regional.

4.1.2 Ciclo do Café

A produção do café caiu no gosto do consumidor a nível mundial, especialmente no mercado europeu e no pungente e crescente mercado norte-americano, aumentando a sua demanda e conseqüentemente o seu preço e estimulando a sua produção. Neste contexto histórico e econômico sua demanda atingiu seu limite, gerando grandes excedentes que fizeram pressão no preço do produto e o mesmo teve substitutos perfeitos, neste caso o chá de ervas. (REGO; MARQUES, 2010).

O equilíbrio entre oferta e procura dos produtos coloniais obtinha-se, do lado desta última, quando se atingia a saturação do mercado, e do lado da oferta quando se ocupavam todos os fatores de produção – mão de obra e terras -

disponíveis para produzir o artigo em questão. Em tais condições era inevitável que os produtos coloniais apresentassem uma tendência a longo prazo à baixa de seus preços (FURTADO, 2005, p. 179).

A crise do café ocorreu não somente pelo excesso de produção, mas também pela retração do mercado consumidor global, ocasionado pelas crises econômicas mundiais. Apesar desse quadro econômico mundial a cultura do café continuou se expandindo. Furtado (2005) demonstra que isso ocorreu devido a redução do preço no mercado internacional não ter desestimulado a expansão dos cafezais.

A moeda brasileira não seguia o padrão ouro, por vários motivos, entre estes a falta de lastro em ouro. Ou seja, sua "inconvertibilidade" que se dava pelos déficits orçamentários constantes, e que provocava as emissões de papel-moeda, aumentando o meio circulante. Neste contexto, existiu a necessidade de aumento do meio circulante devido aos negócios internos. A pressão inflacionária que geralmente ocorre com o aumento da entrada de papel-moeda sem lastro no mercado, teve poucos efeitos nos preços internos. Porém, desequilibrou a taxa de câmbio desvalorizando a moeda nacional em relação a outras moedas comerciais, fato ocorrido com a redução do preço do café no mercado internacional que diminuiu a entrada de divisas internacionais, baixando bruscamente o valor de nossa moeda no mercado internacional. Esta redução do valor externo da moeda, beneficiava os nossos exportadores. (REGO; MARQUES, 2010).

Deve-se lembrar que neste período (segundo império e república velha), a economia brasileira dependia da exportação do café e que "os barões do café" detinham a força econômica e política do país, muitos até participavam diretamente do governo como ministros, senadores, criando leis, que beneficiavam grupos (o que ocorre hoje, com os nossos produtores de comanditeis que tem a maior bancada nas casas legislativas brasileiras). Como a economia autônoma estava atrelada a economia exportadora do café, o governo, (com dinheiro oriundo de empréstimos interno e externo), comprava o excedente de aproximadamente 33% da produção brasileira de café, que estocava, fazendo com que o preço do produto não ficasse tão desapreciado, o que levaria a uma crise financeira na economia nacional de maior magnitude. Porém, não foram tomadas medidas que inibissem o aumento da produção ou mesmo reduzi-la, até que se chegasse a um ponto de equilíbrio entre produção e demanda, não foram criadas ou incentivadas outras alternativas lucrativas para os investimentos dos recursos financeiros oriundo da comercialização do café. (REGO; MARQUES, 2010).

A maioria dos produtores de café não tinham uma visão empresarial, continuavam a expandir a sua produção cafeeira levando a um aumento considerável no estoque do governo, que drenavam recursos financeiros governamentais em detrimento de outras atividades em que estes recursos poderiam ser usados. Com a eclosão da primeira guerra mundial surgiram dificuldades para comercializar os produtos para os países europeus e africanos, onde se desenrolava o conflito, o que aumentou ainda mais o estoque do produto, que foi agravado com a queda da bolsa de Valores de Nova York em 1929, causada pela superprodução dos Estados Unidos que vendiam os seus produtos industrializados e grãos para o continente europeu. (REGO; MARQUES, 2010).

A grande depressão mundial também afetou a economia brasileira de dois modos: o primeiro efeito foi a diminuição em nosso intercâmbio comercial, as exportações diminuíram com a diminuição da renda interna entre 25% a 30% provocando a desvalorização da moeda, que em consequência levou a um aumento de preço do produto importado em torno de 33%, reduzindo as importações em 60%. O segundo efeito, foi que a economia voltou-se para dentro, ou seja, a demanda interna passou a ter maior importância para a economia do país, isto porque parte da demanda, antes suprida pelos produtos importados, passou a ser satisfeita pelo produto produzido internamente, o que criou uma nova situação para o setor produtor, principalmente o voltado para o mercado interno, proporcionado pela poupança interna de capital financeiro, que possibilitou a implantação de novas indústrias). (REGO; MARQUES, 2010).

Como o Brasil tinha como carro chefe das exportações, o café, houve uma diminuição na quantidade de exportação e no preço do produto. Para diminuir o impacto no preço do produto e para que o mesmo não fosse desvalorizado, o governo brasileiro tomou medidas para controlar a produção, destruindo cafezais (indenizando os cafeicultores pelas suas perdas), deu continuidade na compra do excedente, porém não mais estocando, mais sim queimando o estoque, diminuindo a oferta, e consequentemente diminuindo a pressão na desvalorização do preço. Com a desvalorização do café, a proibição de implantação de novos cafezais, muitos dos cafeicultores passaram a investir em outras culturas, principalmente a do algodão cujo preço não foi afetado pela depressão, sendo que em 1934 a produção do algodão representava 50% da produção cafeeira, outros preferiram investir no setor industrial. (REGO; MARQUES, 2010).

Conforme Furtado (2005), esta política econômica anticíclica tomada pelo governo para proteger o setor produtivo para exportação, no caso o café, embora tenha trazido desabastecimento criando um clima de hostilidade da população para o governo, trouxe benefícios econômicos e desenvolvimento a médio prazo para o país, devido a redução da compra de importados, causado pela desvalorização da moeda que aumentava o preço dos produtos importados, criando-se de forma involuntária uma barreira à importação, dando condições da indústria brasileira se fortalecer e ampliar. Com a proibição de implantação de novos cafezais os cafeicultores foram induzidos a aplicar a sua poupança no setor industrial, e o resultado desse processo para a economia brasileira foi o fomento da renda nacional, por meio da criação de indústrias que ofereceram para a economia nacional, novos postos de trabalho e novos consumidores. Foram montadas indústrias, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro: fábricas de tecidos, calçados, produtos alimentícios e outros produtos metalúrgicos em ferro, cobre, e aço de fabricação mais simples. A mão de obra usada, nestas fábricas era, na maioria, formada por imigrantes italianos. (REGO; MARQUES, 2010).

Com a recuperação da economia mundial por volta de 1939 a economia brasileira voltou crescer, as exportações não estavam mais atreladas a um único produto, passando a ser compostos não só pela cafeicultura, mas também por outros produtos de origem agrícola e mineral e pela indústria, que assumia parcelas maiores na economia brasileira.

4.1.3 Ciclo industrial brasileiro

Para entender como de fato o Brasil entrou no ciclo industrial, e compreendermos o atraso na industrialização do país e seus percalços, voltamo-nos para o período colonial brasileiro e o período imperial, resgatando um pouco da história política e econômica mundial e brasileira. (BUESCU, 2011).

No período regencial a política adotada por Dom João, príncipe regente, era uma política liberal, sendo que a nossa pauta de exportação era voltada para a agro exportação, não havia interesse em incentivar a industrialização. Temia-se que o incentivo a industrialização diminuísse as importações e em consequência houvesse retaliação dos importadores de nossos produtos agrícolas, o que prejudicaria a classe dominante, e a redução das importações afetaria a arrecadação dos impostos de importação que eram de fundamental importância para manutenção do governo. Além

disso, não havia um mercado consumidor que pudesse demandar os produtos manufaturados que aqui fossem produzidos e pôr fim, os nossos empresários não tinham uma visão empreendedora, não existia naquele período uma mão de obra qualificada que pudesse operar as máquinas das indústrias, que por ventura aqui fossem instaladas. (BUESCU, 2011).

Conforme Buescu (2011), as proibições econômicas ligadas à aplicação do pacto colonial (em produção, transportes e profissões), impediram a diversificação e o aumento da produção, bem como a criação de tradições profissionais. A mais grave foi a proibição por motivos políticos de um sistema educacional, resultando em baixa qualificação do trabalhador, baixo horizonte de consumo e reduzida motivação desenvolvimentista com efeito desastroso para o futuro econômico do país. Na velha República, o governo era controlado pela elite cafeeira, as ações econômicas eram voltadas para proteger esta casta de empresários que só foi quebrada quando da crise mundial que abalou as exportações de café e na nova conjuntura mundial na qual, o governo tomou medidas radicais para conter a baixa do preço do produto principal de exportação.

Com um mercado interno em acessão e carente de produtos manufaturados, devido à dificuldade de importação, os empresários com visão, viam uma oportunidade de investir no setor industrial que necessitava de baixa tecnologia para se operar as máquinas (já havia mão de obra preparada capaz de operar equipamentos industriais), de forma involuntária, tivemos uma substituição de importação que levou o surgimento da indústria nacional. Conforme Furtado (2005) o crescimento e fortalecimento da indústria no Brasil se deu na seguinte situação: com a crise mundial instalada o comércio internacional ficou paralisado, ou seja, os nossos produtos de exportação se acumularam e com redução de preços, houve a fuga do capital investidor estrangeiro. Em consequência, a balança comercial e a balança de pagamentos se deterioraram, o que dificultou as importações (desvalorização da moeda nacional) e como já havia uma indústria nacional a demanda interna foi suprida pelas nossas indústrias.

Assim, o café deixou de ser o foco principal da economia brasileira e diante desta conjuntura econômica houve uma reformulação das diretrizes econômicas brasileira, foram suspensos os pagamentos da dívida externa, a economia deixou de ser de fora para dentro. Ou seja, deixou de ser uma economia que dependia exclusivamente do mercado externo e passou a ser uma economia voltada para o mercado interno de dentro para fora. (REGO; MARQUES, 2010).

A indústria brasileira ganhou papel relevante na recuperação da economia nacional com aproveitamento total da sua capacidade produtiva, o que trouxe mais rentabilidade, criando uma poupança para investimento. E como a moeda estava desvalorizada e não existia saldo relevante em moedas estrangeiras que pudessem arcar com as despesas de importação de maquinários e equipamentos novos, a saída foi comprar máquinas e equipamentos usados a preços inferiores aos novos e de mercado de países onde a sua economia foi drasticamente afetado pela crise. Muitos destes equipamentos precisavam de reformas, o que facilitou a entrada de novos ramos na nossa economia como a da metalúrgica, mecânica, química que foram as percussoras da nossa indústria de capital. (REGO; MARQUES, 2010).

De fato e de concreto, a industrialização do Brasil só se deu devido as crises cíclicas mundiais, que causavam a redução das exportações\importações e a economia se voltava para o consumo interno. Foi a partir da primeira guerra mundial (1914-1918) que a indústria nacional começou a florescer e criar alicerces, logo depois veio a crise de 1928 que abalou a economia mundial, criando um paradoxo: enquanto a economia e a indústria dos países industrializados se contraíam, a economia e a indústria brasileira se expandia (Teoria dos choques adversos). O ano de 1930 marcou o fim da política café com leite, ou seja, da República Velha na qual os estados de São Paulo e Minas Gerais se revezavam no comando político do país. (REGO; MARQUES, 2010).

Com o fim da política café com leite, emerge uma nova maneira de governar, na qual os governantes viam o país como um todo, os interesses econômicos deixaram de ser uma oligarquia dominante, e a industrialização da nação evoluiu.

Destacamos a seguir dois períodos econômicos e políticos que foram cruciais para nosso desenvolvimento.

5 GOVERNO VARGAS

Por meio de um golpe de Estado Getúlio Vargas assumiu o comando do país. No primeiro Governo (1930-1945), Vargas priorizou e protegeu a indústria nacional para não deixar o Brasil cair na dependência externa. Criou leis voltadas para a regulamentação do mercado de trabalho, tomou medidas protecionistas e realizou investimentos em infraestrutura, fomentou a indústria nacional que cresceu significativamente nas décadas seguintes.

Devido à falta de recursos financeiros e tecnológicos para ampliar esta industrialização em todo o país, os recursos foram direcionados para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro que já tinham uma base industrial. A necessidade de bens de capital para as indústrias nacionais já implantadas ou a serem implantadas era dificultado pelos preços elevados dos equipamentos importados, com a depreciação de nossa moeda, foram criadas condições para instalações da indústria de capital ou seja, a indústria de base do Brasil foi estimulada pelo governo através de financiamento e encomendas. (REGO; MARQUES, 2010).

5.1 Políticas desenvolvimentistas – Estado Keynesiano

A mudança de paradigma econômico e a intervenção do estado Keynesiano via promoção da demanda via efeito multiplicador e acelerador do investimento na economia nacional.

Seguindo o pensamento de Keynes, que propunha a intervenção do Estado na economia, via promoção da demanda, via efeito multiplicador e acelerador do investimento na economia nacional quando a mesma se encontrava em baixo nível de emprego. O Estado deveria intervir diretamente na economia, organizando políticas econômicas para o aumento da oferta de emprego que impulsionaria o consumo interno, no qual, as indústrias aumentariam suas produções e gerariam mais postos de trabalho, levando a um contínuo desenvolvimento econômico e social. O governo se beneficiaria com o aumento das arrecadações de impostos e tributos. Vargas interviu na economia não só com medidas de fomento econômico à industrialização, mas também operando diretamente na economia por meio de criação de empresas e indústrias de base que pudessem oferecer condições para que as indústrias se desenvolvessem. (REGO; MARQUES, 2010).

Este intervencionismo estatal na economia se deu pela necessidade de implantar a indústria de base e melhorar a infraestrutura do país, visto que os empresários brasileiros não tinham condições econômicas para investimentos na magnitude que o projeto necessitava e havia a dificuldade de captação de investimentos estrangeiros. (BUESCU, 2011).

Conforme Furtado (2005), a economia nacional não só estimulou dentro dela mesma o seu crescimento, com criação de empregos, aumento de consumo, aumento na arrecadação do governo, o que inibiu os efeitos da depressão internacional, como também conseguiu fabricar boa parte dos equipamentos e peças necessários para a manutenção dos equipamentos industriais e a expansão da sua capacidade produtiva. E para dar suporte a industrialização, melhorou a infraestrutura do país, com a criação de portos e estradas para escoar os produtos nacionais, e para suprir a demanda de ferro, criou a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), para explorar e pesquisar as nossas riquezas minerais criou Vale do Rio Doce (1942), que daria suporte à indústria de base e à indústria de transformação com matéria prima e para suprir a demanda energética, construí a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945).

No seu segundo mandato, eleito de forma democrática (1950), criou a Petrobras (1953), fomentando o desenvolvimento industrial voltado para o setor petroquímico (borracha sintética, tintas, plásticos, fertilizantes, etc.). Esta ação governamental, diminuiu a dependência do Brasil na importação destes produtos. Para fomentar a economia por meio do crédito criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952. Foi nos governos de Vargas que de fato houve o crescimento e desenvolvimento econômico e social. A indústria brasileira criou asas, o trabalhador brasileiro além de ter uma segurança de emprego, teve direitos criados e amparados na recente promulgada Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual norteia os direitos e deveres do trabalhador: como carteira de trabalho assinada, jornada semanal de 48 horas, direito a um salário estipulado pelo governo entre outros. (REGO; MARQUES, 2010).

Deve-se lembrar que durante o seu governo tivemos a eclosão da segunda guerra mundial (1939 a 1945) na Europa e parte da Ásia, que culminou com o fechamento do mercado internacional, envolvendo muitos países fora da zona de conflito como o Estado Unidos que direciona suas indústrias para o esforço de guerra, e o Brasil que mandou tropas para combater no conflito. Esta mesma barreira encontrada pelo Brasil em comprar produtos industrializados foi sentida por outros países da periferia,

como países dos continentes americano e africano e como já existia um parque industrial, o Brasil passou a produzir não só para o mercado interno, pois ganhou novos mercados internacionais, fazendo com que os nossos produtos industrializados tivessem mais peso na nossa balança comercial, superando os nossos produtos agrícolas, o que deu sustentabilidade a criação de novas indústrias. (REGO; MARQUES, 2010).

5.2 A economia mundial no período- 1944- 1960

Com o fim da segunda guerra mundial os Estados Unidos se tornou a maior potência econômica mundial, após o conflito foram montados dois blocos econômicos, um capitalista liderado pelos Estados Unidos e o outro liderado pela Rússia de tendência comunista\socialista agrupando os países que adotaram um governo comunista, formando a União Soviética, abrangendo parte da Europa e da Ásia. Nesta nova ordem econômica os Estados Unidos como líder do bloco capitalista, criou o Plano Marshall disponibilizando 20% de seu orçamento, aproximadamente 14 bilhões de dólares (valores da época) para fomentar a reconstrução dos países europeus por meio de empréstimos subsidiados e em alguns casos perdendo dívidas contraídas durante o período de guerra, destes países. (MATTOS, 1996).

Os EUA só conseguiram esta façanha de financiar a reconstrução destas economias, devido aos acordos monetários firmados em 1944 entre os países capitalistas na conferência de Bretton Woods, onde o padrão ouro foi substituído pelo padrão dólar-*Exchange standard*. Nesse novo padrão os EUA deveriam manter lastro em ouro que correspondesse a emissão da moeda e os outros países teriam a paridade de suas moedas relacionadas ao dólar americano, que passou a ser a moeda das transações comerciais e financeiras do mundo capitalista. (REGO; MARQUES, 2010).

Com o intuito de administrar o funcionamento do novo sistema foram criadas três instituições financeiras: O Fundo Monetário Internacional (FMI), que tinha a finalidade de administrar os problemas de ordem cambiais e de balanço de pagamentos e o Banco Mundial (BIRD) que inicialmente tinha a tarefa de prover fundos para a reconstrução dos países devastados pela guerra, mais tarde teve outra função que foi promover o desenvolvimento das nações por meio de empréstimos e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), substituído pela Organização Mundial do Comércio(OMC)em 1995, cuja finalidade foi resolver conflitos de ordem comercial entre os países membros . (BUESCU, 2011).

Por volta de 1957\1958, os países europeus se recuperaram economicamente, Alemanha e Japão junto com os Estados Unidos, se tornaram as economias mais importantes do mundo capitalista. Uma das metas da reconstrução econômica dos países europeus era a autossuficiência em alimentos. Para que houvesse uma expansão agrícola, era preciso usar de mecanismos que pudessem incentivar e proteger a produção agrícola e agro pastoril europeia, o que a maioria dos países europeus fizeram, por meio de: subsídios, assistência técnica, garantia de preços e uma renda mínima ao agricultor, além de protecionismo que impôs barreiras tarifárias a produtos importados, inviabilizando a entrada dos mesmos. A América Latina, que tinha como principais produtos de exportação, produtos primários, viu os preços das principais commodities agrícolas se desvalorizar, causando menor entrada de divisas em moeda estrangeira no continente, criando um paradoxo, enquanto, os EUA, a Europa e os países que receberam ajuda americana, cresciam e desenvolviam economicamente, a economia latina- americana se retraía, inclusive a economia brasileira. (MATTOS, 1996).

6 O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), houve uma grande mudança na estratégia na busca do desenvolvimento da economia brasileira. Usando o planejamento por meio do Plano de metas a serem alcançadas. Diante das dificuldades encontradas como o baixo nível de poupança interna que foi um obstáculo à execução do plano, o governo optou por abrir a economia brasileira para o capital industrial internacional, e com o objetivo de atrair estes investimentos o governo concedeu regalias às empresas que aqui viessem a se instalar como: terrenos para implantação dos projetos, financiamento via BNDE, permissão de importação de equipamentos sem reservas em moedas fortes e com câmbio diferenciado na compra, beneficiando duplamente os investidores no momento da compra dos equipamentos e depois pelo retorno de investimentos que eram destinados as matrizes. (REGO; MARQUES, 2010).

Além destas benesses oferecidas pelo governo, ainda havia o aval do governo americano que devido à recente transformação política cubana, que se aliou ao bloco soviético, o Estados Unidos voltou-se para a sua política econômica externa para o continente americano, colocando o Banco Mundial como fomentador das políticas expansionistas dos países latino-americanos por meio de empréstimos. Neste quadro econômico de pujança, as propostas de JK de aceleração do desenvolvimento foram bem aceitas por toda a sociedade industrial brasileira, a qual contribuiu para que o plano de Metas fosse colocado em prática. No final do seu governo o parque industrial brasileiro já tinha um patamar elevado, e devido a indústria de bens duráveis as famílias brasileiras já podiam contar com geladeira, fogão a gás, e até mesmo televisão. Além de diminuir os preços de alguns produtos houve uma melhoria na qualidade de ensino, na prestação de serviço de saúde à população entre outros, elevando a qualidade de vida do brasileiro. (REGO; MARQUES, 2010).

Em 1957 o plano de metas elaborado pela equipe de governo JK, começou a sair do papel, foram traçadas vinte metas, que se direcionavam a duas vertentes. Uma capitaneada diretamente pelo governo, devido ao alto grau de investimento com retorno somente no longo prazo e alto grau de incerteza, e que tinha como objetivo fornecer suporte ao ambicioso projeto de industrialização e envolvia diretamente os dispêndios dos governos federal e estaduais, em infraestrutura e energia, que eram os gargalos para a industrialização e escoamento de produtos. (REGO; MARQUES, 2010).

A segunda vertente se direcionava para os incentivos econômicos à implantação e modernização do setor secundário da indústria nacional, voltados para a produção de equipamentos e de insumos, bem como para a produção de bens de consumo duráveis. O BNDE tinha função importante no financiamento direto dos projetos como também estimulou o setor privado a investir por meio de empréstimos que chegavam até 70% do projeto. Com todas estas facilidades e garantias, muitas empresas internacionais instalaram suas plantas industriais no país, principalmente montadoras de veículos internacionais e que em consequência de suas implantações trouxeram a reboque muitas empresas satélites, como fabricantes de peças para veículos. Vale salientar que além destas montadoras internacionais o governo investiu diretamente no setor automobilístico e de implementos agrícolas e de terraplenagem. (REGO; MARQUES, 2010).

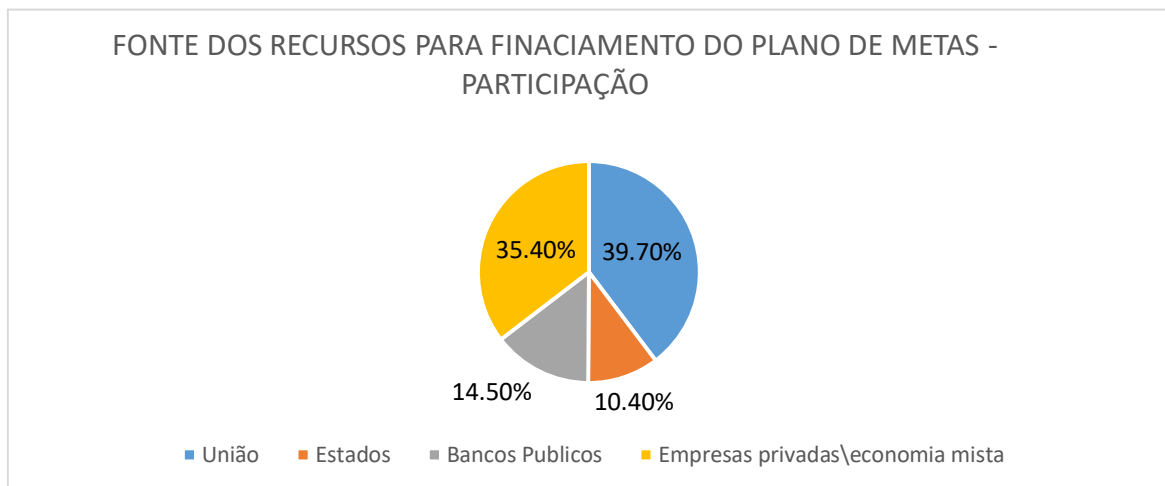
A meta inicial era montar 100 mil veículos em 1960, e como a demanda inicial superou as perspectivas de consumo, os projetos aprovados foram revistos. Suas metas de produção foram ampliadas para 232 mil veículos anuais, sendo que 95% dos componentes para montagem dos automóveis teriam que ser produzidos no Brasil. Já os caminhões, as peças para sua montagem tinham como meta 90% produção nacional, o que fomentou a indústria de autopeças que na época possuía 821 indústrias cadastradas. Havia um parque montador composto por 16 empresas, entre elas podemos citar: Ford, General Motos, Willys e Wolkwagem entre outras, e a Fábrica de motores Nacional. (REGO; MARQUES, 2010).

Segundo Rego e Marques (2010), o governo com intuito de substituir o produto importado que estava afetando a balança de pagamentos, fomentou a industrialização do país, tomando medidas como o fechamento às importações de bens que pudessem concorrer com produtos pátrios, criando reserva de mercado para os produtos nacionais. Porém, como os empresários brasileiros não tinham condições de sozinhos alavancar a industrialização, o governo optou por abrir o mercado para o capital produtivo externo, o que fez com que uma gama enorme de indústrias multinacionais se instalasse no país. Esta torrente de indústria internacional recém instalados no país fez com que o Brasil se tornasse mundialmente, uma das economias mais abertas e industrializada pelo capital produtivo externo. Mais da metade da indústria instalada no país era multinacional.

O projeto ambicioso de JK de industrializar o país em um curto período de cinco anos, que pelas estimativas econômicas normais levariam 50 anos para se

consolidar, precisava de um aporte financeiro no montante de 302 bilhões de cruzeiros (aproximadamente 10 bilhões de dólares da época), sendo que CR\$ 65,1 bilhões em moeda estrangeira (US\$ 2,3 bilhões), seriam oriundos de empréstimos e investimento de riscos e investimento direto no setor produtivo. (MATTOS, 1996).

Gráfico 1 – Fonte dos recursos para financiamento do Plano de Metas



Fonte: MATTOS (1996, p. 52)

Tabela 11 - Plano de metas Governo JK 1957\1961

METAS	Previsão	Realizado	Alcançado %
Energia elétrica (1000 kW)	2.000	1.650	82%
Carvão (1000 T)	1.000	230	23%
Petróleo - produção (1000 barris\dia)	96	75	76%
Petróleo - refino (1000 barris\dia)	200	52	26%
Ferrovias (1000 Km)	3	1	32%
Rodovias construção (1000 km)	13	17	138%
Rodovias pavimentação (1000 km)	5	0	0%
Produção de aço (1000 T)	1.100	650	60%
Cimento (1000 T)	1.400	870	78%
Produção de carros e caminhões (1000 Unid.)	170	133	78%
Nacionalização de peças para carros em %	90	75	83%
Nacionalização de peças para caminhões em %	95	74	73%

Fonte: REGO; MARQUES (2010, p. 151)

Observamos na tabela 11, que as metas estabelecidas no plano de JK tiveram resultados satisfatórios alcançando uma média de 70% do planejado, somente 3 metas não conseguiram alcançar resultados positivos, devido os projetos de Instalação de refino de petróleo e expansão malha ferroviária terem custos elevados de implantação

e um longo tempo de maturação, fazendo com que os mesmos tivessem fraco desempenho em suas metas. O carvão, com alto custo de extração e dificuldades de encontrar jazidas de qualidade, colaborou para que ficasse inviável a sua expansão. As melhores jazidas se encontravam no Estado de Santa Catarina. O Rio Grande do Sul tinha carvão, porém de má qualidade que não permitia seu uso industrial. (REGO; MARQUES. 2010).

Os índices alcançados na nacionalização de peças para carro e caminhões, foram as que mais surtiram efeito na industrialização do país, pois foram criadas plantas industriais de peças e acessórios para suprir a demanda do setor automobilístico. Além disso, as empresas tinham uma estrutura oligopolizada com poder para definição dos preços. Logo, houve uma redistribuição de renda às avessas causada pela inflação. Neste contexto, a renda real das famílias diminuía, enquanto empresas ficavam com a maior parte da renda nacional. Esta situação econômica levaria a redução no consumo o que provocaria conflitos sociais e políticos nos governos seguintes. (REGO; MARQUES. 2010).

Apesar da inflação anual no patamar de 23% e o aumento do endividamento que levou a um descontrole na balança de pagamentos que dificultou a administração do seu sucessor, o Brasil deu um salto grandioso na sua economia com uma média de crescimento da ordem 8,2% ao ano. Vale lembrar que o país não tinha uma poupança interna que pudesse dar suporte ao projeto do governo JK, os empresários locais não tinham aporte financeiros para implantar as indústrias de grande porte necessárias. Então a abertura de entrada de capital de investimento produtivo estrangeiros foi necessária, ou seja, o crescimento industrial brasileiro ocorrido no governo JK foi estruturado no tripé formado pelo governo e suas estatais, pelo capital estrangeiro por meio de empréstimo, e pelo investimento direto pelas empresas multinacionais que viam no Brasil uma oportunidade de aumentar a sua abrangência mundial, e por último, a participação menos expressiva do capital privado nacional com apoio do BNDE. (REGO; MARQUES, 2010).

A economia industrial brasileira no período 1955-1962 cresceu de maneira notável. Os setores que mais se destacaram foram: indústria de bens de capital com 26,4% de crescimento; indústria de bens duráveis com 23,9%; indústria de transformação 22%, com destaque para os subsetores de energia elétrica com crescimento de 38% ao ano, setor mecânico com 43% ao ano, e o de material de transporte com um crescimento de 80% ao ano. (MATTOS; Org. 1996).

A produção de bens intermediários e de capitais teve um crescimento significativo, porém o departamento I, que envolve produtos de alta tecnologia e com maior valor agregado não floresceu. A implantação do setor exigia uma produção de escala e mão de obra qualificada, devido termos um mercado consumidor pequeno, cuja demanda interna não alcançaria a oferta. Assim, ficamos apenas com indústrias de pouca tecnologia, embora tenha superado a fase de simples fornecedor de matéria prima e alimentos, o Brasil continua a depender financeiramente e tecnologicamente dos países industrializados, ao importar produtos de maior valor agregado. (MATTOS; Org. 1996).

Esta foi a solução encontrada para que fossem instaladas as indústrias que o Brasil necessitava. Porém, estas empresas multinacionais que aqui se instalaram, passaram a dominar a produção industrial brasileira, principalmente os setores mais rentáveis, indústria de bens de capital e até mesmo a de consumo não duráveis o que induziu muitas indústrias nacionais a serem fechadas ou vendidas para as concorrentes multinacionais. O país se tornou a economia com maior internacionalização das suas indústrias, geralmente subsidiária de grandes indústrias internacionais, sendo que boa parte dos lucros eram enviados para as matrizes das empresas multinacionais aqui instaladas. (MATTOS; Org. 1996).

Com a implantação do plano de metas, o quadro da economia brasileira mudou radicalmente, saímos de um país predominantemente agrário, passando de uma participação no PIB de 17,8%, decresceu para 5,7% no fim do governo, o que repercutiu diretamente na produção de alimentos voltado para o consumo interno, enquanto o setor industrial cresceu 32.2%, o setor de serviços continuou no mesmo patamar de 50% do nosso PIB. Porém, para custear as despesas destes investimentos públicos, e incentivar a iniciativa privada por meio de empréstimos subsidiados, o governo precisava de dinheiro, para isto, teria que ter uma poupança interna, o que não tinha. A forma encontrada para obter recursos, foi a expansão monetária, este mecanismo utilizado causou inflação com forte elevação dos preços, principalmente de alimentos, o que provocou uma extração forçada da poupança da população. Como os reajustes dos salários ficaram abaixo dos índices de preços o poder real de compra dos mesmos diminui. Devido ao baixo poder aquisitivo das famílias, muitos membros de um mesmo núcleo familiar entraram no mercado de trabalho, o que diminui o impacto nas finanças domésticas, e em alguns casos aumentou a renda familiar. (GIAMBIAGI, et al 2011).

Juscelino teve sucesso em seu plano de metas devido a vários fatores, pode-se dizer que o principal foi o movimento inercial da industrialização brasileira iniciada no governo Vargas, pelo qual se iniciou uma verdadeira corrida para implantação de indústria, amparado no conceito da teoria Keynesiana, onde a intervenção do governo na economia por meio de investimentos e aumento de suas despesas exerceria um efeito multiplicador na economia provocando a criação de novos empregos, aumento da demanda agregada que levaria a um otimismo entre os empresários, e os mesmos passariam a investir mais no setor produtivo beneficiados pela existência de capital internacional em abundância, e empréstimos subsidiados. Porém, estas mesmas facilidades deixaram um legado negativo para os próximos governos: como aumento da inflação, dificuldades na balança de pagamento e aumento da dívida pública, que dificultaram os investimentos públicos. (REGO; MARQUES, 2010).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa sobre os ciclos econômicos brasileiros, constatou-se que a economia brasileira sempre esteve ligada a economia de outros países, onde as trocas comerciais estavam voltadas para exportação de matérias primas (*commodities*) de menor valor agregado e importação de produtos acabados de maior valor agregado.

O atrelamento da economia brasileira a outras economias nos períodos colonial e imperial, engessaram o desenvolvimento econômico brasileiro, sendo que no período colonial havia uma subordinação a Portugal, que dependia economicamente e politicamente de outras nações capitalistas. A economia do país era baseada no mercantilismo. Já no período Imperial, havia uma dependência de outras economias de maneira comercial e financeira, e os acordos políticos e econômicos feitos nos anos iniciais da nossa independência, afetaram de forma profunda os rumos da nossa economia.

Diante deste quadro de restrições políticas, econômicas e de tecnologia, o Brasil não acompanhou o desenvolvimento industrial que se acelerava no mundo. Esta situação de atraso tecnológico perdura até os dias atuais, o Brasil estava em defasagem industrial em relação a outros países que adotaram a industrialização como meio de desenvolvimento.

Com a implantação da República, a economia brasileira continuou a ser dependente, porém não mais de outros países e sim de uma classe dominante que ditava os rumos da economia, entrelaçados com os seus interesses. Somente com o fim do poder desta oligarquia é que o país começou a se desenvolver de forma uniforme.

A economia brasileira só cresceu quando houve uma diminuição no intercâmbio comercial, ou seja, crescia quando não podia importar produtos acabados no exterior e assim era obrigado a produzir internamente os produtos antes importados.

A partir dos meados do século XX, o governo brasileiro adotou o processo de substituição de importação (PSI) de produtos manufaturados, porém para implantar o PSI e ampliar o nosso parque industrial, o Brasil precisou importar equipamentos, maquinários e tecnologia.

Para implantar a industrialização no país, principalmente nos governos Vargas, usou-se de métodos não ortodoxos, como expansão monetária, causadora da inflação, que prejudicava a população devido o expurgo dos índices inflacionários nos salários, diminuindo o seu poder de compra, causando mazelas sociais. Observa-se, que

embora houvesse ganhos trabalhista e sociais para os empregados, os mesmos ficaram aquém da riqueza produzida, ou seja, os ricos ficaram mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Devemos lembrar que o processo de industrialização no Brasil, ocorreu de forma retardatária em relação a outras nações industrializadas, pois as quais possuíam maior capacidade produtiva e tecnológica, e que devido aos ganhos de produção controlavam os preços. Tem como observação que industrialização brasileira começou com máquinas usadas e em muitos casos com pouca produtividade, necessitando constantemente de manutenção.

Devido ao protecionismo dos nossos produtos industrializados, as indústrias eram formadoras de preços, os capitães da indústria nacional embora auferissem lucros altíssimos, preferiam investir em outros setores, ou mesmo auferir os lucros da empresa, deixando de investir no próprio parque industrial, tornando-os obsoletos e sem competitividade. Não atentavam da necessidade de renovação tecnológica e pelo aumento da produtividade para poder competir no mercado internacional.

No período pós guerra mundial houveram grandes transformações sociais no mundo todo. O Brasil também passava por estas transformações, precisava com urgência gerar empregos para diminuir as tensões sociais existente. O Caminho encontrado para dar continuidade e aumentar de maneira exponencial (50 anos em cinco) o desenvolvimento econômico orquestrado pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) com mudanças nas estratégias, uma delas foi a inserção da indústria internacional.

O baixo nível de poupança interna era um obstáculo a execução do Plano. De JK. Para alavancar recursos e executar o seu plano de metas, que consistia em desenvolver setores da economia que eram gargalos para o desenvolvimento econômico, o governo abriu o mercado brasileiro para a indústria multinacional, o que foi feito com subsídios e incentivos fiscais, e para ampliar sua capacidade de investimento aumentou a emissão de moeda, que não só causou inflação, mas também redução dos salários reais, beneficiando as indústrias aqui instaladas, visto que tinham o poder de alterar os seus preços, não sofrendo redução de ganhos reais.

Porém, se não fossem tomadas estas medidas, provavelmente não haveria um crescimento tão elevado em curto espaço de tempo, que proporcionou uma nova retomada de crescimento. Neste contexto, há de se questionar a entrada de maneira maciça das empresas internacionais na economia brasileira, sendo estas subsidiadas

pelo governo nacional, devendo lembrar contudo, que não havia no contexto econômico uma poupança interna e investidores pátrios capazes financeiramente e com interesse em investir no setor produtivo, além de que, ainda não havia uma indústria de base que pudesse refletir na industrialização da nação.

O protecionismo dado aos produtos industrializados fabricado no Brasil, a mão de obra barata, o poder de manipular preços, levou muitas empresas nacionais a se conformassem com a suas produtividades, não buscaram melhoria da capacidade produtiva, tornando seus parques industriais obsoletos e não competitivos. Com a entrada da indústria internacional muitas das indústrias brasileiras fecharam as portas ou foram vendidas para investidores externos. A economia brasileira se tornou a mais globalizada do mundo. Os lucros advindos da produção industrial nacional, a riqueza gerada em no país, foram encaminhadas para outros países, assim como aconteceu nos períodos colonial e imperial.

A principal contribuição desse trabalho foi mostrar a repetição do contorno histórico dos fatos ao longo da história econômica do Brasil, o que ajuda a explicar a situação atual com elevada desigualdade social e concentração de riqueza, além de um atraso no crescimento econômico do país, pois as políticas econômicas do Brasil sempre foram tomadas para o imediatismo, não foram levados em conta os efeitos negativos a longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A Economia Brasileira no Império**. Texto para discussão nº 584, Rio de Janeiro: PUC, [2016?]. Disponível em: www.econ-econ.puc-rio.br. Acesso em: 08 nov. 2019.
- BACELAR, Jonildo; **Ciclo da Borracha**, Guia Geográfico, História do Brasil, [2015?]. Disponível em: <http://www.historia-brasil.com/republica/ciclo-borracha.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; CHADAREVIAN, Pedro Caldas. **Economia Brasileira**. Florianópolis: UFSC: Brasília: CAPES: UAB, 2010.
- BUESCU, Mircea. **História Econômica do Brasil**. Salvador: CDPB, 2011.
- CROCE, Marcus Antônio. **A Economia do Brasil no Século XIX**. In: XI Congresso de História Econômica, 14 a 16 de setembro de 2015. **Anais [...]** 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória – ES: UFES, 2015. Disponível em: www.abphe.org.br/arquivos/2015_marcus_antonio_croce_a. Acesso em: 20 maio 2020.
- FRANCO, GUSTAVO H.B. A primeira década republicana. In ABREU, Marcelo de Paiva (ORG.) **A Ordem do progresso cem anos de política econômica republicana 1889-1969**. Rio de Janeiro: editora campos, 1989, Cap. 1.
- FREITAS, Eduardo de. **Agropecuária no Sertão Nordestino**, [201?]. Disponível em: <https://www.mundodoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/agropecuaria-no-sertao-nordestino.htm>-. Acesso em: 02 dez. 2019.
- FURTADO Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GIAMBIAGI. Et al; **Economia Brasileira Contemporânea**. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Elsevier, 2011.
- GREMAULD, Amaury Patrique; SAES Flavio Marques de. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- MATTOS, José Luciano Dia. (Org.) **O BNDES e o Plano de Metas**, 1996. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigita->, Acesso em: 23 maio 2020.
- MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: ADUEM, 1999.
- MELLO, Joao Manoel Cardoso de. **Capitalismo Tardio**. 8ª edição: Rio de Janeiro: Editora Brasiliense ,1991.

PALILLOT, Aleks. **Decadência do Ciclo da Borracha na Amazônia**, 2015. Disponível em:

<https://www.alekspalitot.com.br/a-decadencia-do-ciclo-da-borracha/>. Acesso em: 22 maio 2019.

PRADO, Caio Junior. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

PRADO, Caio Junior. **História Econômica do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

REGO, José Marcio Rego; MARQUES, Rosa Maria. (Org.) **Economia Brasileira - 4ª edição**. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Ciclo da Borracha"**, 2015. Disponível em:

<https://www.brasilecola.uol.com.br/historiab/ciclo-borracha.htm>. Acesso em: 25 ago. 2019.